

Estrutura sócio-económica e mobilidade geográfica

MELGAÇO NA SEGUNDA METADE DO SÉC. XIX*

Álvaro António Gomes Domingues

1. INTRODUÇÃO

Este pequeno estudo começou por fazer parte de uma investigação mais alargada acerca dos conteúdos do «periferismo» — visto aqui não como uma qualquer pré-destinação das áreas do interior do país mas sim e sobretudo como um conceito cujos conteúdos variam e cujo significado ultrapassa a linguagem da investigação formal do espaço como variável independente¹ — de uma área que, tal como muitas outras do território nacional, se conservou sempre à margem da localização do desenvolvimento do aparelho produtivo, sobretudo a partir da segunda metade do séc. XIX². A razão porque escrevemos «à margem» não significa que estejamos num concelho que porventura se tenha fechado num autarcismo que lhe conferisse uma posição de absoluto isolamento; queremos dizer sim, que esse desenvolvimento de que falávamos não se inscreveu nessa área, provocando por isso formas de articulação que é preciso explicar.

Estamos pois, na linha de BARROS e MENDES (1983, pp. 57 a 78) em face de uma «articulação negativa do meio rural com o capitalismo industrial e com o meio urbano» cujo conteúdo se traduz pela relativa estagnação e nível tecnológico baixo do sector agrícola, formalizado pela pouca importância dos volumes de circulação de mercadorias e serviços mas, ao mesmo tempo, por um

* Adaptação do texto apresentado à Faculdade de Letras da Universidade do Porto como prova de aptidão científica para passagem a assistente.

¹ «Não há 'regiões pobres', há apenas regiões de pobres e, se há regiões de pobres é porque há regiões de ricos e relações sociais que polarizam a riqueza e a pobreza e as dispõe diferencialmente no espaço(...) é isso que é preciso explicar e não partir daí» (LIPIETZ, 1977, p. 26 — tradução nossa).

² A importância da 'Regeneração' ou do 'Fontismo' está bem patente em CABRAL (1981, pp. 163 a 245), CABRAL (1979) e PEREIRA (1983).

forte fluxo de força de trabalho que, nacional e internacionalmente, alimenta o crescimento das forças produtivas³.

A partir deste momento estava definido o cerne da investigação: que formas adopta a mobilidade geográfica das populações enquanto manifestação exterior, resultante, condicionante e condicionada de uma estrutura sócio- produtiva subjacente com a qual está relacionada. Ao mesmo tempo e em função disso, reservaremos uma atenção especial para os diferentes conteúdos e formas adoptadas por essa mobilidade, bem como para as distintas conjunturas económicas, sociais e naturais (relativas à base física do território em que essas conjunturas têm lugar) em que ela se manifesta. Visto estarmos em face de fenómenos estruturais da sociedade portuguesa, o conhecimento do passado surge-nos como uma condição prévia de entendimento da situação actual como uma base comparativa justificada, de resto, pela permanência ainda actual de formas de organização económica não-capitalistas que surgem na continuidade de modelos semelhantes de articulação (com sistemas sócio-económicos mais alargados) e de sobrevivência.

Em princípio, a nossa investigação iria, assim, incidir sobre duas épocas distintas: a segunda metade do séc. XIX e o período seguinte à II Grande Guerra. Pretendíamos, desta maneira, captar duas épocas em que a emigração e outras formas de mobilidade no país e no concelho, se fizeram sentir com grande intensidade, fornecendo-nos material comparativo das condições de articulação do sistema local em diferentes conjunturas sócio-económicas. No entanto, a desorganização total do Arquivo Municipal de Melgaço assim como os constrangimentos de tempo necessários à preparação do trabalho, limitaram-nos, por ora, apenas à apresentação da análise levada a cabo para a primeira das épocas referida em que se definia já com clareza uma situação criadora das condições actuais, bastante depois da queda do «Antigo Regime» e do período conturbado das primeiras décadas de governo liberal.

2. REFLEXÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

«O espaço geográfico não pode conter nenhum papel ou existência independente (...), o entendimento das estruturas espaciais implica o entender das estruturas e processos não espaciais que as criaram» (BUTLER, 1982, p. 1315, trad. nossa).

A reflexão teórico-metodológica está sempre presente ao longo da produção científica, quer explicitamente, quer implicitamente,

³ A reflexão teórica perfeitamente aplicável ao nosso estudo desde que relativizados o espaço e a época.

transcrevendo-se no uso e conteúdo dos conceitos e técnicas empregues. No entanto, achamos que é indispensável que essa reflexão se torne explícita de modo a tornar claro o trabalho efectuado, permitindo ao mesmo tempo:

- 1 — Criar «um suporte teórico preciso com o qual se confrontam os resultados empíricos» (RACINE, 1977, p. 31, trad. nossa) e
- 2 — Contribuir para a definição de um corpo teórico de investigação em Geografia Humana numa época em que a conflitualidade interna, tal como em todas as Ciências Sociais, se traduz, entre outras manifestações exteriores, por uma heterogeneidade de direcções do trabalho de Geógrafo.

O ponto 1 é tanto mais importante quanto, no nosso caso, o trabalho de cariz monográfico envolve a «recolha de abundante e heterogéneo material informativo» (ALMEIDA, 197, p. 790) que precisa previamente de uma grelha fundamentada de análise, sob pena de cairmos no excesso descritivo ou no caos desordenado de informação não canalizada.

O primeiro conceito a definir será, obviamente, o *espaço*, base de toda a abordagem geográfica e que sucessivamente evoluiu desde o espaço formal — a paisagem — até novos conteúdos perfeitamente ilustrados na afirmação de Butler transcrita atrás, passando por outras compreensões relativistas do «espaço vivido», do «espaço económico» e de muitos outros, tantos quantos os adjectivos que à frente se puseram. Globalmente passou-se de uma abordagem de base naturalista — o meio geográfico — para uma abordagem de base sócio-económica — as estruturas e processos sócio-económicos que criam as configurações espaciais. Paralelamente, com cortes profundos, os paradigmas também mudaram desde o possibilista ao quantitativismo positivista, ao fenomenologista e ao marxista ou de inspiração marxista, isto só para citar os principais, enquadrados, respectivamente, na Geografia dita Clássica, na Nova Geografia e na Geografia Radical. Não vamos aqui explanar o conteúdo ou a leitura ideológica destas diferentes maneiras de construir e analisar o objecto de estudo da Geografia (exemplos dessa reflexão encontram-se em CAPEL, 1961; CLAVAL, 1974; GREGORY, 1978 e HARVEY, 1969), registamo-las apenas na medida em que isso nos ajuda a melhor nos situarmos.

Como BUTLER (1982), sustentamos que as estruturas espaciais — a organização do espaço — resultam de diferentes estratégias sócio-económicas que se inscrevem num território já organizado e que, por isso, oferecem um certo «atrito» traduzido nas relações dialécticas que se originam. Analisada desta maneira, a base física do território (morfologia, solos, clima...) deve ser compreendida, não

unilateralmente como na explicação ecológica de base natural ou simplesmente dissolvida pelo «espaço isotrópico» dos modelos positivistas, mas sim como um conjunto de factores que se realizam através dos elementos do sistema sócio-económico, político ou ideológico espacialmente inscrito — a mesma ideia está presente em LIPIETZ (1983, p. 27); nesta linha, e sem «reduzir a história a um determinismo geográfico» (LIPIETZ, 1983, p. 27), achamos importante introduzir na explicação os constrangimentos do meio físico. Pretendemos desta maneira compatibilizar a aproximação teórica de Butler e Lipietz, visto que os constrangimentos de que falávamos são importantes também para o entendimento das «estruturas e processos não espaciais» (BUTLER, 1982, p. 1315) ou do «sistema espacial sócio-económico, político ou ideológico» (LIPIETZ, 1983, p. 27). Esta compatibilização está claramente presente em BERTRAND (1975, p. 11) quando nos diz que «devemos reter a ideia de que o determinismo natural joga sempre no interior de uma estrutura sócio-económica dada» (trad. nossa) e em HARVEY (1982, pp. 353 a 358) quando, a propósito do conceito marxista de renda diferencial — R.D.2 —, nos repete que esta renda é devida à apropriação de terrenos em condições naturais de clima, solo e localização mais propícias; ou seja, é frequentemente através das condições naturais que se estruturam relações sociais de produção que favorecem grupos ou classes que ocupam um determinado espaço. É claro que estes condicionamentos têm que ser, já o dissemos, devidamente confrontados com o desenvolvimento das forças produtivas e com o alargamento dos mercados. Exemplo disto, no concelho de Melgaço, é a recente expansão da vinha «Alvarinho» (para a produção do vinho do mesmo nome) que fez com que, em semelhantes condições naturais daquelas verificadas no séc. XIX, se desenvolvessem novas relações sociais de produção que redefinem a estrutura da organização do espaço.

Para o período cronológico que nos interessa, os constrangimentos naturais são reforçadamente importantes porque:

- 1 — Situamo-nos numa fase do desenvolvimento tecnológico que não permitia facilmente anular os efeitos dos acidentes naturais de maneira a permitir uma maior fluidez na circulação de pessoas, mercadorias e informações, nem criar, ao nível da exploração agrícola, rendimentos diferenciais devidos ao investimento de factores de produção com mais capacidade produtiva.
- 2 — A área estudada abrange um concelho que se estende desde a margem do rio Minho, de 25 a 50 metros, a altitudes próximas dos 1200 metros (Fojo, Parada do Monte — 1289 m.), percorrido por uma rede densa de linhas de água e um clima

que, desde as terras abrigadas do vale — a Ribeira — até aos frios e agrestes terrenos da montanha — o Monte — , condiciona profundamente os sistemas de pequena produção mercantil.

Estes condicionamentos podem manifestar-se através de um rendimento diferencial do terreno agrícola assim como em padrões culturais de produção, distribuição e consumo que se podem traduzir numa maior ou menor elasticidade do sistema de culturas para responder a eventuais crises provocadas por maus anos agrícolas, aumentos demográficos, etc. — isto num quadro em que a importância da produção para o mercado não assume um papel decisivo.

A importância e o conteúdo dos processos atrás descritos fornecem-nos razão para dividirmos o nosso estudo em dois grupos de freguesias, o Monte e a Ribeira, separação esta já presente na linguagem e cultura locais.

Voltando aos «processos e estruturas sócio-económicas» que é necessário compreender, o problema teórico que se nos põe é o da pesquisa e elaboração de um enquadramento que nos permita compreender aquilo que atrás definimos como objectivo principal: o conteúdo do periferismo fundamentado no(s) processo(s) de evolução de uma agricultura doméstica (preferimos o termo «doméstica» porque a agricultura denominada «familiar» realiza-se no quadro doméstico que engloba, muitas vezes, elementos que não pertencem à família) que não sofreu nenhum «estímulo» local tendente a uma reestruturação/absorção pelos mecanismos de mercado, quer pela transformação da exploração doméstica em empresarial, quer pela absorção a montante e/ou a jusante por parte da indústria agro-alimentar, de maquinaria agrícola, adubos... ou das redes de comercialização de produtos agrícolas; ao mesmo tempo e implicitamente, cairemos na análise das estratégias de sobrevivência/adaptação da exploração agrícola doméstica postas pela evolução demográfica, pela escassez de terra, pela abertura ao mercado (incluindo aqui o da força de trabalho), etc.

Assumimos assim a relativa estabilidade, coexistência e articulação da pequena produção mercantil agrícola no contexto do modelo de produção capitalista dominante, abandonando a tese «leninista» do carácter transitório dos pequenos produtores camponeses. Não só muitas das formas de proletarianização de pequenos produtores agrícolas são de carácter descontínuo e transitório (a emigração quando seguida de retorno ou sazonal), como detêm também frequentemente um carácter parcial (a pluriactividade, por exemplo), supondo fortes articulações com esfera industrial ou dos serviços ou até dentro da própria esfera agrícola — «o grande proprietário consegue os maiores benefícios brutos e líquidos quando em torno dele há uma legião de peque-

nos e médios proprietários que o abastecem de força de trabalho e adquirem o excedente dos seus produtos» (KAUTSKY, in ETXEZARRETA, 1979, p. 18). As remessas dos emigrantes, assim como, mais nos nossos dias, as transferências do «Estado Providência», constituem outras tantas formas de complementos monetários que equilibram os (frágeis) rendimentos da pequena exploração familiar, tornando-se uma potencial força de travagem (ainda que, eventualmente, conjuntural) do desaparecimento dessas pequenas explorações e dos actores sociais envolvidos.

O carácter marcadamente agrícola da economia local, acentuado por uma ausência ou fraqueza do desenvolvimento económico, potencia a existência de uma *sociedade basicamente camponesa* cujo enquadramento teórico constituirá a nossa imediata preocupação, de modo a constituir uma grelha referencial de análise e de procura de indicadores que encaminhem a investigação empírica. Vejamos então quais são as características básicas das ditas sociedades:

— carácter doméstico da organização da actividade produtiva tendo em vista principalmente as necessidades de consumo familiar de bens e serviços culturalmente definidas «...unidade de exploração agrícola como uma unidade económica familiar na qual a família, como resultante do seu trabalho anual, recebe uma simples remuneração de trabalho e mede os seus esforços em relação aos resultados materiais obtidos.» (CHAYANOV, 1974, p. 33, trad. nossa), assim como uma fraca importância da circulação monetária.

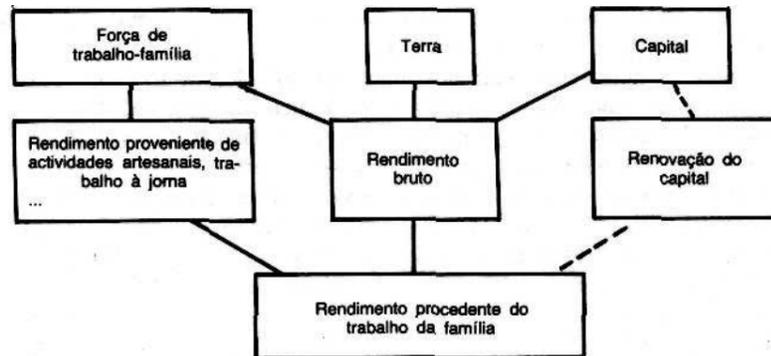
— carácter predominante da posse individual da terra e de outros meios de produção, sem excluir formas de arrendamento, parceria e venda ocasional de força de trabalho em «ofícios rurais agrícolas ou não agrícolas» (CHAYANOV, 1974, p. 44); isto sem que o recurso ao trabalho assalariado constitua factor isolado de caracterização da exploração empresarial — «sem realização do produto no mercado e a organização da produção em obediência ao lucro, entre outras condições, não existe actividade que, em rigor possa ser qualificada de capitalista» (BARROS e MENDES, 1983, p. 61/62).

— estratificação social interna devida sobretudo às desigualdades no acesso à terra — «a economia principalmente agrícola com baixo investimento de capital é a causa da importância fundamental da propriedade da terra e torna-se um factor decisivo na estratificação social em termos de riqueza, poder e prestígio» (SHANNIN, 1971, p. 60). Os problemas postos pela sucessão e consequente redistribuição do património fundiário são também importantes na definição das formas de acesso à propriedade, da mesma maneira estes problemas podem ser postos aquando do casamento — ver o exemplo interessante analisado por SILVA (1981, pp. 50 a 68). Esta estratificação social impede

o tratamento da sociedade camponesa como um corpo unitário — «o mito da unidade camponesa» (MOLLARD, 1978, pp. 5 a 7).

Cientes de não termos esgotado todas as características definidas pelos teóricos da economia camponesa, o nosso propósito, já o dissemos, limitou-se apenas àquelas que basicamente nos serviriam para enquadrar no tempo e no espaço, a realidade da nossa área. Continuando nesta linha de pensamento vejamos, baseados em CHAYANOV (1974), quais seriam os elementos estruturantes que formam este tipo de empresa agrícola:

Fig. 1 — Organização da empresa agrícola familiar (segundo CHAYANOV, 1974, p. 112 com modificações)



O equilíbrio e a reprodução da exploração doméstica irá resultar da combinação e proporcionalidade dos diferentes factores — vejamos algumas das características essenciais deste processo:

A terra, base da produção agrícola, é um factor muito importante para garantir a exequibilidade da exploração, constituindo por isso um dos pontos privilegiados da análise as formas de redistribuição da mesma incluindo aqui a venda, o arrendamento e as formas de herança. Esta última, baseada, em princípio, na distribuição equitativa pelos herdeiros, é a principal responsável pelo extremo esboroamento da propriedade e pela criação de excedentes relativos de força de trabalho no seio da comunidade doméstica⁴. Reside aqui um dos factores da mobilidade que terá que ser isto a vários níveis: ou esse exce-

⁴ Seria interessante, num estudo deste género, analisar os momentos de ruptura do património familiar assim como as estratégias encontradas para contrariar a tendência à desagregação excessiva da terra. De qualquer maneira o estudo teria que se desagregar ao nível dos grupos domésticos e da micro-área o que nos é impossível no presente contexto. Um exemplo destas estratégias está analisado em SILVA (1981, pp. 57 a 72).

dente é «absorvido» localmente (em actividades rurais agrícolas ou não agrícolas) ou se formaliza em deslocações periódicas ou definitivas a nível nacional ou internacional; neste segundo caso, o êxodo pode fazer-se no quadro da actividade agrícola, articulando-se com o calendário respectivo e com o sistema de culturas (caso dos grupos de trabalhadores que sazonalmente se deslocam para a ceifa, vindimas,...) ou pode originar uma mudança no ramo de actividade, implicando potenciais rupturas. Vista na perspectiva da exploração agrícola, esta mobilidade deve ser entendida como uma das condições da sua sobrevivência (por meio da presença ocasional ou não desse «excedente» ou pelas quantidades de dinheiro angariadas) ou do seu aniquilamento. Visto na perspectiva do grupo social e do âmbito espacial em que ele se inscreve, o fenómeno pode traduzir as condições e as formas de articulação do periferismo.

Sem pretendermos cair na unilateralidade de explicação a partir da estrutura fundiária — os limites de redução do prédio rústico são difíceis de precisar —, queremos sobretudo afirmar que reside também nos escalões ou na ausência de posse de terra, a base material da estratificação social no seio das sociedades camponesas, estratificação essa caracterizada pela triologia: *grande proprietário* — descendente muitas vezes de famílias detentoras de vastos casais perpetuados ou aumentados pelo regime de morgadio e por uma estratégia de casamentos intraclassistas; o *médio e pequeno proprietário* e o «*cabaneiro*» (detentor ou não de uma pequena parcela de terra), trabalhador à jorna ou caseiro, ocupando-se complementarmente de uma actividade artesanal (fazedor de cestos, soqueiro...).

Creemos que esta diferenciação sócio-económica⁵ do cabaneiro ao grande proprietário é importante para percebermos os possíveis desequilíbrios nas diferentes combinações dos factores de produção ao nível das comunidades rurais: a uma procura mais ou menos constante (principalmente nas fainas agrícolas que exigem muita mão de obra) de força de trabalho por parte dos detentores de uma extensão grande de terra, corresponde uma oferta crescente de jornaleiros que embarratece a remuneração do trabalho, deteriorando as condições de vida já precárias para esse estrato social; por sua vez, isso determinará a procura de melhores remunerações que, a não serem encontradas localmente, implicam a mobilidade geográfica — este pode ser um dos cenários, não anulando de nenhuma maneira outras manifestações

⁵ O facto é bem claro em O'NEILL que caracteriza os jornaleiros pela «falta de terra e outras formas de propriedade, pequenos fogos (...), pouca preocupação com os padrões de honra dos proprietários, baixo prestígio e um conjunto diferente de atitudes e práticas referentes ao casamento legal, à coabitação e à ilegitimidade» (O'NEILL, 1981, p. 63).

possíveis de remunerações relativas decrescentes devido ao adquirir de novos hábitos de consumo exigentes de maior disponibilidade monetária a que não pode corresponder a relativa rigidez de uma agricultura tradicional dominada quase exclusivamente pela autosubsistência.

Por parte dos utilizadores de mão de obra remunerada, extra-familiar, os problemas começam pelo encarecimento, do trabalho alugado quando este escasseia (como já se disse, este encarecimento da força de trabalho não é recuperado, a maior parte das vezes, no mercado, dado que as mercadorias produzidas destinam-se prioritariamente ao consumo doméstico, não sendo por isso realizadas somas monetárias muito significativas), ou pelo desequilíbrio entre o consumo e produção (a favor daquele) no seio da exploração agrícola, quer derivado ao crescimento da família, quer à redução da superfície cultivada aquando das partilhas.

A escassez de capital-moeda é ainda um outro factor desestabilizador se pensarmos não só nas necessidades intrínsecas da exploração agrícola — capital circulante —, mas também nos gastos familiares (alimentação, saúde, vestuário...) num quadro económico cada vez mais monetarizado.

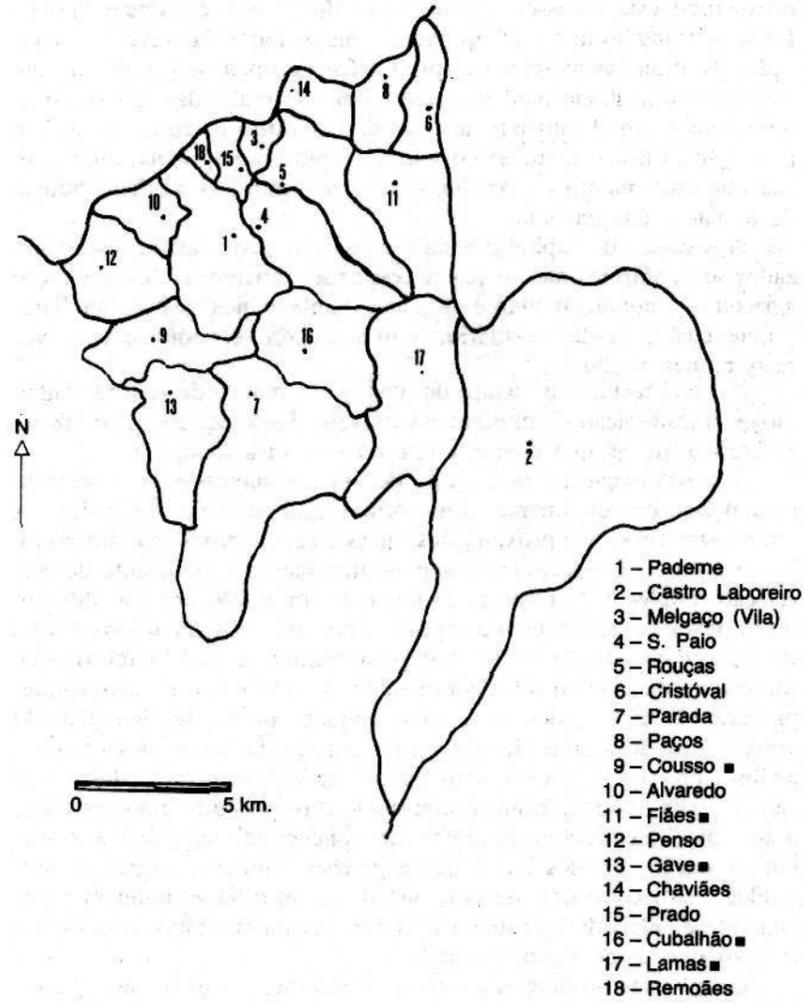
A nível técnico, a análise de uma problemática deste tipo exigiu-nos a consideração de diferentes variáveis, desde aquelas de cariz demográfico até às que davam conta da estrutura fundiária.

A nossa opção foi no sentido de um tratamento isolado de algumas delas, conjuntamente com formas multivariadas de análise — uma estratégia de aproximações sucessivas ao problema, portanto. Neste último caso decidimo-nos pela utilização do coeficiente de correlação simples e da respectiva matriz de correlação entre as diferentes variáveis; posteriormente, optámos por um «tratamento visual» da matriz original de dados (p. 63) para melhor resumir a informação fornecida e para confrontar com resultados anteriores. Paralelamente, procuramos não perder de vista o enquadramento teórico definido atrás, de modo a com ele referenciar o quantitativismo descritivo da análise, procurando, ao mesmo tempo, não «forçar» os dados à teoria; se assim fosse, cairíamos num duplo erro pois a teoria constrói-se a um nível demasiado abstracto de conceptualização que «arrasa» muitos particularismos locais que é preciso entender — quantos conteúdos e situações atrás de um conceito como o de «rendimento proveniente de actividades rurais não agrícolas» ou «mobilidade geográfica», só para citar alguns exemplos...

Quanto aos problemas pontuais da interligação da análise quantitativa com o enquadramento teórico, preferimos abordá-los à medida que a investigação progride, procurando simultaneamente uma objectividade crescente e uma «adaptação» da teoria à escala espacial de análise e à especificidade das estruturas e processos locais.

Nesta mesma linha, já o dissemos noutra contexto (p. 8), decidimos fazer uma agregação da análise a distintos níveis: agrupamento das freguesias da Ribeira, freguesias do Monte e total das freguesias do Concelho (Fig. 2).

Fig. 2 — Melgaço, localização das freguesias.



Nota: As freguesias seguidas da um = referem-se ao grupo constituído pelas freguesias do Monte.
Fonte: A carta Administrativa de Portugal e a sua Contribuição para a investigação Urbana e Regional— C.N.A. Lisboa, 1980.

3. ENQUADRAMENTO ESPAÇO-TEMPORAL DA PROBLEMÁTICA ANALISADA E A SUA ARTICULAÇÃO COM O ESPAÇO NACIONAL

A área de estudo por nós escolhida, o concelho de Melgaço, ocupa o extremo noroeste do país constituindo actualmente uma área periférica em relação aos grandes eixos de desenvolvimento económico, quer industrial, quer agrícola, situação essa já verificada para o período em que incidimos a nossa análise (segunda metade do séc. XIX)⁶. Nessa época, tal como agora, os conteúdos estruturais desse «periferismo» assemelhavam-se: o desenvolvimento agrícola pautava-se pela maior ou menor intensidade de penetração dos mecanismos de mercado, arrastando consigo a desagregação da agricultura tradicional essencialmente voltada para a autosubsistência, fomentando a mobilidade das populações, da base fundiária da produção, levando ao aumento do equipamento técnico e à contracção ou especialização do leque tradicional de culturas. A posição em relação aos núcleos urbanos de crescimento, capazes de catalizar esse desenvolvimento com a criação de economias locativas diferenciais favoráveis⁷, acentuava-se no seu afastamento com a inexistência de uma rede viária (estradas, caminhos de ferro ou vias navegáveis) capaz de permitir uma maior acessibilidade, traduzível, entre outras coisas, pela aproximação dos mercados e o fomento do processo atrás referido. Os constrangimentos locais ao nível dos factores naturais — declive do terreno e altitude, principalmente — conjuntamente com a extrema parcelização do pré-dio rústico, não facilitavam nem os processos produtivos nem a qualidade dos produtos; por fim, e como resultado de tudo isto, faltava um esforço de *investimento local* de capital produtivo que absorvesse «in loco» os excedentes de força de trabalho da exploração agrícola doméstica num processo de transformação acentuada pelas reformas legislativas liberais que modificaram e regulamentaram a partilha da herança, obrigando a uma redistribuição equitativa da terra, o que originou o desenvolvimento de um estrato social cuja escassez de terra o empurrou para uma semi-proletarização⁸.

⁶ Iremos procurar que o contexto histórico apareça aqui, na linha de CASTELLS, não como o «inventário de certos fenómenos», mas sim como a «análise de totalidades concretas estruturais e dos processos nelas suscitados» (CASTELLS, p. 34).

⁷ A relação entre o crescimento urbano e as transformações no uso da terra, estão perfeitamente ilustradas em GAMA e outros (1981), partindo de uma leitura teórica do modelo de von Thunen: «o crescimento urbano, a industrialização e o alargamento dos mercados exteriores de produtos agrícolas tiveram como consequência o deslocamento centrífugo, o alargamento e a especialização crescente das áreas de produção agrícola em torno das capitais (GAMA e PIRES, 1981, p. 545. Sobre este processo ver também GASPAR (1970) e PEREIRA (1983, pp. 317 e 318).

⁸ CABRAL (1979), p. 158 a 182 expõe-nos um quadro suficientemente claro destes processos. No entanto, a semi-proletarização ou mesmo a proletarização também se fa-

Começando pelo primeiro ponto focado, vejamos qual era a situação do sector comercializado da agricultura a nível nacional: se exceptuarmos as já referidas franjas de especialização nas imediações dos principais centros urbanos (pág. anterior), «a localização geográfica dos centros sericícolas, dos centros de produção e criação de gado, ou das regiões arrastadas pela febre vitícola dos anos 1880-1889, testemunham que novas zonas se vão integrando de forma mais contínua, menos esporádica nos circuitos comerciais nacionais e internacionais, integração que o alargamento da rede rodoviária e ferroviária facilita» (PEREIRA, 1983, p. 317). A nível local e considerando apenas os dois únicos produtos susceptíveis de comercialização, o vinho e o gado, a situação era a seguinte: o vinho verde «bastante ácido e tanninoso (VIEIRA, 1886, p. 36), via a sua comercialização comprometida pela fraca qualidade e pericibilidade — «a duração do vinho não excede un anno» (VIEIRA, 1886, p. 36). Estes constrangimentos derivados da qualidade do vinho seriam agravados pela «divisão de propriedade que não se presta já à agricultura de escala (...), à reconversão agrícola e ao reagrupamento das terras» (SAMPAIO, 1981, p. 18). Relativamente ao gado, a procura por parte do mercado internacional (principalmente a Grã-Bretanha), provocou durante quase toda a última metade do século uma integração dos produtores, sobretudo do Noroeste, nos mercados mundiais de venda de gado vivo para abate (PEREIRA, 1983, pp. 207 a 211). No entanto, a especialização assim provocada parece não ter atingido muito o concelho de Melgaço, visto que em 1866-69, de um total de 3070 chefes de família (4138 fogos segundo o censo de 1864), apenas 1702 — 55.4% — possuíam um carro com «bois ou vaccas»⁹. Estes 1702 carros representavam pelo menos 3404 cabeças de gado¹⁰ (se considerarmos que cada carro possuía pelo menos uma junta de animais), das quais 606 — todas per-

zem quando a terra não se divide, pela exclusão de potenciais proprietários ou peio «aumento da composição orgânica do capital na agricultura traduzida pelo decréscimo do número de assalariados» (FREITAS, ALMEIDA e CABRAL, 1976, p. 55). Isto já sem falar no «modelo Inglês» onde a expropriação pura e simples do campesinato foi um facto (idem, p. 26).

⁹ Estes dados, assim como os do QUADRO 1 (excepto a coluna 2) foram extraídos de um livro pertencente ao Arquivo Municipal de Melgaço onde se «escripturavam por freguesias em ordem alfabética o arrolamento (...) das pessoas animais e cousas que devem no corrente anno económico contribuir para o trabalho da viação municipal nos termos da ley de 6 de Junho de 1864 e instruções de 26 de Junho ultimo para a execução da mesma ley (...) «Melgaço 19/9/1886. Tratava-se portanto do arrolamento para a prestação do imposto de trabalho. Os dados referem-se aos anos de 1866/67 e 1868/69, permitindo assim a correcção mútua dos valores obtidos.

¹⁰ COELHO fornece-nos um número de 3536 cabeças de gado vacum para o ano de 1859 (COELHO, 1861, p. 236).

tencentes às freguesias do Monte — eram vacas e 2304 eram bois (QUADRO 1). Um recenseamento «dos gados» feito em 1872 apontanos 2267 cabeças e, embora o autor considere o número abaixo da verdade, há uma quebra nítida (VIEIRA, 1886, p. 37). Além disso, a totalidade dos animais, nas freguesias da Ribeira, são bois, ou seja animais de trabalho sem participarem em processos de cria especializada. Nas freguesias do Monte, as 600 vacas integram um número total de 1518 animais; destas 600, 239 localizam-se nas duas freguesias montanhosas de Castro Laboreiro e Cubalhão, demonstrando mais uma vez que, para esta época, os bois existem como animais de trabalho, sendo substituídos por vacas em sistemas agro-pecuários de produção de montanha, onde as necessidades de força de trabalho animal são menores.

Quadro 1 - NÚMERO DE CARROS COM BOIS OU VACAS E CHEFES DE FAMÍLIA POR FREGUESIAS 1866-69.

Freguesias	Chefes de família 1866-69	Fogos 1864	Carros c/ bois	Carros c/ vacas	Chefes de família c/ carro, %
Alvaredo	181	214	95	—	52.5
Chaviães	141	227	43	—	34.0
Cristóval	150	267	48	—	32.0
Melgaço (Vila)	193	233	32	—	16.6(a)
S. Paio	206	286	131	—	63.6
Paderne	348	531	223	—	64.0
Paços	140	199	60	—	42.9
Penso	188	308	109	—	58.0
Prado	89	118	40	—	45.0
Remoães	42	49	27	—	64.3
Roucas	219	261	130	—	59.4
TOTAL Ribeira	1897	2698	943	—	49.7
Cast. Laboreiro	417	542	—	183	43.9
Cousso	129	145	50	37	67.4
Cubalhão	76	116	3	59	81.6
Fiaes	185	232	128	24	82.2
Gave	120	162	87	—	72.5
L. do Mouro	42	43	39	—	92.9
Parada do Monte	204	200	149	—	73.0
TOTAL Monte	1173	1440	456	303	64.7
TOTAL concelho	3070	4135	1399	303	55.4

Fonte: Arquivo Municipal de Melgaço (A.M.M.) — a): o número de chefes de família inclui aqueles que residem intra-muros, podendo não ler uma profissão agrícola.

Os números atrás indicados (texto e QUADRO 1) não nos apontam para nenhum caso de cria especializada, já o dissemos; assim, a comercialização de gado através das feiras (entre a Ribeira e o Monte ou entre estes e compradores não locais) a seguir referida, enqua-

dram-se numa situação em que o gado é utilizado simultaneamente como animal de trabalho, como fornecedor de leite ou carne, ou como destinado à engorda para, depois dos trabalhos agrícolas, ser vendido, constituindo uma das formas mais expeditas de conseguir dinheiro.

No que respeita a outras transacções comerciais, encontramos algumas informações que provam a pouca importância da produção agrícola local: em 1861, numa carta ao Governador Civil refere-se a necessidade de «acordo e combinação de suas feiras com as de Hespanha» em que «há a vantagem de negociações relativas ao gado *vacuum* ou suíno por que d'ali (Hespana) há que abunda a concorrência principalmente com respeito ao de criação procurado nas nossas feiras por contratadores do concelho, por muitos dos de Monção e Arcos, alguns de Coura e ainda de Valença e Ponte de Lima (...)»¹¹; em 1878, numa resposta a quesitos da portaria do Ministério da Justiça de 2 de Agosto de 1879, diz-se que as «relações agrícolas, comerciais e industriais são (...) somente as agrícolas, que derivam da produção de cereaes e de gado bovino, que concorrem às feiras (...); o comércio é limitadíssimo e a indústria nulla» (ESTEVEZ, 1955, p. 172); em 1882 VIEIRA diz-nos que se fazem «bastantes transacções com a Galiza, exportando para todo o paiz os célebres presuntos e para os concelhos próximos algum vinho, lãs, cereaes e castanha» (VIEIRA, 1886, p. 36).

Este conjunto de informações dispersas, contrabalançado com alguma informação estatística, não nos dá conta de nenhum desenvolvimento específico importante de qualquer produção; tão pouco os livros de «ofícios ao Governo Civil», nos seus relatórios anuais sobre a produção agrícola, mencionam qualquer importância especial dos excedentes ou trocas desses produtos. O tipo de comércio parece inscrever-se numa área local de influência e corresponde às trocas que normalmente se fazem entre diferentes sistemas de culturas próximos — neste caso a Ribeira e o Monte —, organizadas em mercados tradicionais — as feiras — e onde a vizinhança de um país estrangeiro, a Espanha, pode favorecer conjuntamente as trocas comerciais, ora de um lado, ora do outro, da raia. Aliás, este comércio era já notado em 1361 «são obrigados a transitar por Melgaço todos os que de Por-

¹¹ in «Correspondência da Câmara deste Concelho de Melgaço», (Agosto de 1864); A.M.M. É interessante notar que esta informação vem a confirmar a ideia exposta em BADIA (1981, pp. 169 a 206) e confirmada por M. H. PEREIRA (in BADIA, 1981, p. 182) de que muitos dos bois importados da Galiza para Portugal se destinavam à engorda e posterior exportação para Inglaterra. De qualquer das maneiras este comércio feito por contratadores não locais não vai, por isso, originar nenhuma eventual especialização do concelho de Melgaço.

tugal se dirigissem para a Galiza, ou de lá viassem para Portugal» (RAU, 1982, p. 65) e em 1859 quando COELHO, a propósito do preço do milho dizia que «no concelho de Melgaço é onde em todo o anno a variação do preço é menos sensível; o que se explica pela troca recíproca que sempre existe n'aquelle ponto da raia seca com o vizinho reino de Hespanha» (COELHO, 1861, p. 49). Estas formas débéis de inserção mercantil a vários níveis (através da fronteira com Espanha, com o mercado nacional, regional e local) não fornecem nenhum argumento sólido de uma qualquer especialização ou especializações, envolvendo novas relações de produção que modificassem grandemente ou aniquilassem o sistema não-capitalista preponderante; trata-se, ao contrário, da procura de incremento do rendimento monetário necessário à própria reprodução das estruturas camponesas (endividamento, gastos com a saúde, insegurança da produção agro-animal...) ou, em geral, «todas aquelas necessidades ou obrigações de que se exige o pagamento em dinheiro» (BADIA, 1981, p. 169). O caso do gado, atrás referido, é talvez o exemplo mais óbvio desta situação.

Se analisarmos agora o desenvolvimento da rede de transportes, ainda segundo COELHO, ela não é nada favorável à circulação de mercadorias do Norte Minhoto (COELHO; 1961, p. 49)¹². Recordemos que a política dos governos liberais pós 1851 — a Regeneração — investiu excepcionalmente no sector das Obras Públicas: «com efeito, para finais do período (1888) tinham sido abertas mais de 10 000 Km de estradas e mais de 2000 Km de vias férreas» (CABRAL, 1979, p. 26), sendo tais despesas «indicador interessante da maneira como as relações mercantis penetravam desigualmente no território do país» (CABRAL, 1979, p. 29). Este factor de desenvolvimento ou, pelo menos, de mutações aceleradas a nível da economia rural, encontrava-se ainda em 1879 bastante pouco implantado ao nível do concelho de Melgaço: «Há unicamente a estrada real n.º 23, que parte de Melgaço e atravessa as freguesias de Prado, Remões, Alvaredo e Penso, da Comarca de Melgaço e que está construída por ora até Valladares da Comarca de Monção» (ESTEVES, 1955, p. 172); dos 23 Km que separam Melgaço de Monção estavam, portanto, apenas construídos cerca de 10 Km de estrada a partir do primeiro. Em 1886, a estrada que liga Monção e Valença é já referida

¹² Nesta estatística são notáveis as diferenças de preços entre os concelhos do distrito, o que prova a desorganização do mercado regional de produtos agrícolas devido à falta de fluidez de circulação das mercadorias, facto a que não está alheia a falta e/ou qualidade da rede viária. Melgaço possuía em 1859, os preços mais altos do trigo, milho e centeio respectivamente \$630, \$310 e \$355 réis, sendo os mais baixos, a nível distrital, \$550, \$185 e \$260 réis, respectivamente. Esta diferença é bem prova da escassez de cereais então reinante neste mercado concelhio (COELHO, 1861, pp. 48-50).

por VIEIRA, continuando por construir a ligação para a fronteira em Cristóval (S. Gregório) e Castro Laboreiro (VIEIRA, 1886, p. 5). No mesmo ano fica assegurada a ligação ferroviária de Valença com a linha do Minho (apesar dos insistentes pedidos, durante o Estado Novo, a linha nunca chegaria a Melgaço). Este lento desenvolvimento do «fontismo» no Distrito de Viana do Castelo, agravado pela posição excêntrica de Melgaço, terá pesado bastante na lentidão do desenvolvimento económico local, patenteado, aliás, pela pouca importância do equipamento funcional— «a generalidade das lojas do distrito podem considerar-se antes como basares, onde se encontra à venda as mais variadas mercadorias, do que como estabelecimentos que constituem géneros especiais de comércio. A causa d'este fenómeno existe principalmente no consumo, que não é tão avultado que possa sustentar a venda especial de cada género em local separado» (COELHO, 1861, p. 85); segundo números de 1860, fornecidos pelo mesmo autor, o número de indivíduos distribuídos pelo ramo do comércio (logistas, sócios e caixeiros) por concelhos era o seguinte (QUADRO 2):

Quadro 2

Concelhos	Emp. no comércio - A	População 1860 -B	População Censo-1864	B/A
Viana do Castelo	515	39 442	42 792	76.6
Caminha	219	12 745	13 241	58.2
V. Nova de Cerveira.....	86	9757	10 255	113.5
Valença	154	13 885	15 044	90.2
Monção.....	340	21 320	22 367	62.7
Melgaço.....	80	14 076	14 676	175.9

Como se pode verificar Melgaço ocupava um lugar perfeitamente diferenciável, possuindo o maior número de habitantes por indivíduos ocupados no comércio¹³. Destes 80 indivíduos, 27 são vendedores de tabaco (Estanqueiros) e 15 vendedores de tecidos e afins (Capelistas e Fanqueiros). É de notar a ausência de uma classe importante noutros concelhos — os contratadores de gado. Em 1876, dos dados do Imposto Industrial, encontramos 79 indivíduos colectados nos ramos do comércio (fixo e ambulante), dos quais 21 são almocreves, 16 vendedores de tabaco e 12 ambulantes, para só citar os principais¹⁴. Além

¹³ Os números do censo de 1864 respeitantes à população dos concelhos, servem unicamente para cotejar e serem cotejados pelos constantes na estatística de COELHO (1861).

¹⁴ In «Livro de Registos (...) de Contribuição predial, industrial e pessoal(...), 1876» A.M.M.

da fraca representatividade do sector, podemos verificar que se trata sobretudo de escalões profissionais ligados a equipamentos funcionais que fornecem «(...) cousas, para assim dizer mais indispensáveis na vida social» (COELHO, 1861, p. 85), testemunhando mais uma vez a fragilidade da integração desta área na rede de mercado.

A actividade propriamente industrial está, segundo a mesma fonte, ausente, registando-se apenas 95 colectas de indivíduos ligados ao sector artesanal: destas 95,16 são tecelões e 61 são de carpinteiros, alfaiates, sapateiros, tamanqueiros ou ferreiros (COELHO, 1861, p. 85). Os números são suficientemente esclarecedores de um sector produtivo não agrícola integrado perfeitamente nas necessidades de um meio rural tradicional onde a divisão do trabalho não é ainda um fenómeno caracterizante. À escala do Distrito, Viana do Castelo e Caminha eram os únicos concelhos a possuir alguma indústria ligada aos curtumes, louças, renda e construção naval, mas «no anno de 1881 Viana era já o distrito que menos indústria tinha no Reino» (SAMPALIO, 1981, p. 16).

Estavam assim criadas as situações que condicionavam a elasticidade da procura de força de trabalho regular no concelho, deixando às explorações agrícolas ao artesanato, principalmente, a quase exclusiva base económica de manutenção de uma população constantemente ameaçada pelas crises de produção (oidium e filoxera da vinha, «tinta» dos castanheiros, «bicho» do milho...) (SAMPALIO, 1981, p. 27) e pela rendibilidade muitas vezes decrescente da exploração agrícola devido aos sucessivos fraccionamentos: «...faça-se o que se fizer, legisle-se o que se legislar, se não se permitir tal ou qual liberdade de testar, é impossível constituir a família agrícola pois à morte do chefe, a exigência das tornas obrigará a vender e só o rico poderá comprar» (S. ROMÃO, 1902, p. 50). Esta argumentação é perfeitamente válida, pondo sobretudo a descoberto as dificuldades de reprodução da pequena e média exploração num período em que a escassez de capitais é importante — sinais do endividamento resultante e das dificuldades existentes, são as quantias de capital dado a juro pela Misericórdia de Melgaço que em 1859 somavam 12 791\$65 réis num total de 12 800\$152 rs. de fundos; para o mesmo ano, o dinheiro emprestado a juros pesava 65.8% da despesa anual: 1 043\$440 rs. (COELHO, 1861, pp. 290-295); em 1875 o capital dado a juro (4.5%) pelas «Confrarias e outros estabelecimentos de piedade» era de 60 942\$985 rs.¹⁵ Apesar do optimismo de Bazílio Teles: «o limite de redução de superfície para estes períodos irrisórios pode chegar ao infinitésimo; porque não depende de uma capacidade produtiva do terreno, mas da

¹⁵ in «Livros de Registos de Contribuição...», 1876, A.M.M.

importância da receita que a família retira da indústria associada» (TELES, 1903, p. 209) e da objectividade da afirmação acerca do carácter familiar da organização económica e da gestão interna da força de trabalho (ainda hoje verificada na sobrevivência de muitas pequenas e médias explorações cujo chefe e/ou vários membros da família são agricultores a tempo parcial exercendo outra actividade como operário, comerciante... (CAVACO, 1981 e 1980), a situação só se realiza se essas actividades alternativas existirem e forem suficientemente alargadas para permitirem a absorção do excedente relativo de força de trabalho entretanto libertado pela desarticulação das formas económicas tradicionais. No nosso caso, pela falta desta condição, o resultado será o crescimento de um estrato social de pequenos proprietários e jornaleiros com pequenas parcelas de terra ou até nenhuma; que vão equilibrando os seus orçamentos com o trabalho à jorna, o artesanato, algumas transacções comerciais com Espanha, endividamento, alienação de terras..., ou então «a emigração oferece o único mas triste refúgio» (LAPA, 1870, p. 13)¹⁶.

4. APROXIMAÇÃO SEGUNDO ALGUNS INDICADORES PRIVILEGIADOS

4.1. *Mobilidade geográfica das populações*

Tal como já dissemos, antes de ensaiarmos formas compostas de análise, iremos examinar algumas variáveis isoladamente. Fazêmo-lo por dois motivos principais: pelo significado e importância dessas variáveis no contexto global da análise e pela necessidade de equacionar alguns problemas gerais ligados à estrutura agrária e à mobilidade da população.

Uma dessas variáveis é um indicador seguro da mobilidade da população masculina com idade próxima/inferior ou igual a vinte anos:

Os «livros de recenseamento militares» constituem uma óptima fonte de informação, raramente explorada, para captar o comporta-

¹⁶ Já depois da escrita da primeira versão deste relatório tivemos acesso à publicação de Rui Feijó (FEIJÓ, 1985, p. 34), onde, para o Distrito de Viana do Castelo, as conclusões são consonantes no que respeita à ausência capitalista da organização da produção no Alto Minho, apesar da conjuntura nacional da época:

«A pecuária, embora tocada pelo alargamento do mercado, manteve-se afastada do processo de especialização produtiva, e não perdeu o seu carácter de actividade subsidiária; a viticultura mergulhou em 1856 numa profunda crise produtiva que, associada aos problemas inerentes ao tipo de vinho produzido, a iria conservar algum tempo mais no seu quadro tradicional, dependendo de um mercado regional quase fechado; a produção cerealífera parece, essa sim, ter crescido, apoiada numa fase de preços elevados, na época de apogeu da crise vinícola — mas não tanto que esse crescimento possa ser interpretado como uma mudança fundamental.»

mento de uma franja etária importante na definição do futuro da população global. Os livros de recenseamentos que utilizámos contêm os seguintes dados referentes aos jovens: idade, filiação, naturalidade e residência; esta última é apresentada como «residência ocasional» quando o mancebo não se encontra a residir no concelho, constando em tais casos o local de residência. Quando a residência é ignorada, o que corresponderá muitas vezes a situações de fuga ao serviço militar, o recenseamento apenas refere «ignora-se». Muitas vezes é registado também que o mancebo não se encontra no concelho mas que, por exemplo, «está ausente para o Pará, Brasil, há quatro anos», acrescentando se foi ou não paga a caução.

Como a indicação da data de partida nem sempre é indicada e porque nos interessa sobretudo captar a importância da mobilidade deste estrato populacional, decidimos considerar apenas a percentagem de jovens com «residência ocasional» em relação ao total de recenseados, dividindo-se em categorias segundo o destino conhecido ou desconhecido, considerando intervalos cronológicos de cinco anos no sentido de tentar captar tendências. Posteriormente será efectuada uma desagregação por freguesias.

Quadro 3 —RESIDÊNCIAS OCASIONAIS, 1860-85, EM PERCENTAGEM DO TOTAL DOS RECENSEADOS —CONCELHO DE MELGAÇO

Destinos	A	%	A	%	A	%	A	%	A	%
Brasil	23	14.8	31	21.7	38	30.9	63	39.9	59	41.0
Espanha	25	16.1	16	11.2	20	16.3	16	10.1	15	10.4
Outros Concelhos .	86	55.5	68	47.6	40	32.5	55	34.8	40	27.8
Ignora-se.....	21	13.6	28	19.5	25	20.3	24	15.2	30	20.8
TOTAL.....	155	100	143	100	123	100	158	100	144	100

A-total das «residências ocasionais»

Fonte- «Livros dos recenseamentos militares», 1860-1885, A.M.M. (por extravio do livro referente ao ano de 1862, não estão incluídos os dados referentes a esse ano).

Da observação do QUADRO 3, facilmente ressalta uma constância nos valores totais quinquenais de saídas — para um total de 723 no período que vai de 1860 a 1885.

Relativamente aos destinos seguidos, nota-se destacadamente a importância crescente que assumem os valores que se referem ao Brasil: passa-se de um peso relativo de 14.8% em 1860/65 para 41% em 1881/85 — esta tendência acompanha a tendência nacional; segundo números constantes em SERRÃO, a média da emigração para o Brasil no período 1860/65 era de 3362, enquanto que em 1886 o número oscilava já em torno dos 10 000 indivíduos (SERRÃO, 1971, p. 368). Para Espanha encontramos sobretudo jovens das freguesias do Monte (particularmente Castro Laboreiro, sendo a profissão indicada, invariavelmente, «lavrador e pedreiro») e da freguesia raiana de Cristó-

val; a existência, sobretudo para o caso das freguesias do Monte, de uma raia seca facilmente transponível facilitou, conjuntamente com uma certa indefinição do traçado da linha de fronteira até 1864 (LUCAS, 1984, pp. 13 a 15), os contactos entre as gentes do lado de cá e as do lado de lá que muitas vezes tinham as suas terras ou apascentavam os seus gados nos dois territórios, criando e desenvolvendo laços familiares e de convivência.

O grupo «outros concelhos» refere-se a destinos muito diversos que por isso aglomerámos num lugar comum, abrangendo os trajectos internos ao território continental. Aqui merecem especial relevo as cidades de Lisboa, Porto e Braga que, ora se referem a deslocações para estudar — Braga ocupa um lugar importante por via da existência do ensino eclesiástico —, ora constituem lugares onde a estadia é mais prolongada como, por exemplo, o caso dos destinos dos jovens de Alvaredo e Penso em que a profissão indicada é sempre «caixeiro».

Tentando agora saber qual é o peso dos jovens com «residência ocasional» em relação ao total de mancebos recenseados e à sua naturalidade, vejamos o quadro/resumo abaixo (QUADRO 4) e o MAPA 2 que nos dão conta do fenómeno nos dois grupos de freguesias e no total das mesmas:

Quadro 4 — RESIDÊNCIAS OCASIONAIS 1860-85 EM PORCENTAGEM DO TOTAL DE RECENSEADOS NA «RIBEIRA» E NO «MONTE»

	1860-65		1866-70		1871-75		1876-80		1881-85		1860-85	
	A	B	A	B	A	B	A	B	A	B	A	B
Ribeira.....	33.3	424	30.6	389	23.6	424	34.8	371	30.1	359	30.4	1967
Monte.....	6.9	277	6.7	285	10.1	247	10.1	345	10.5	276	8.8	1430
TOTAL	22.8	701	20.5	674	18.6	671	22.9	716	21.6	635	21.3	3397

A- % dos mancebos com «residência ocasional» em relação ao total de recenseados (com 20 anos).

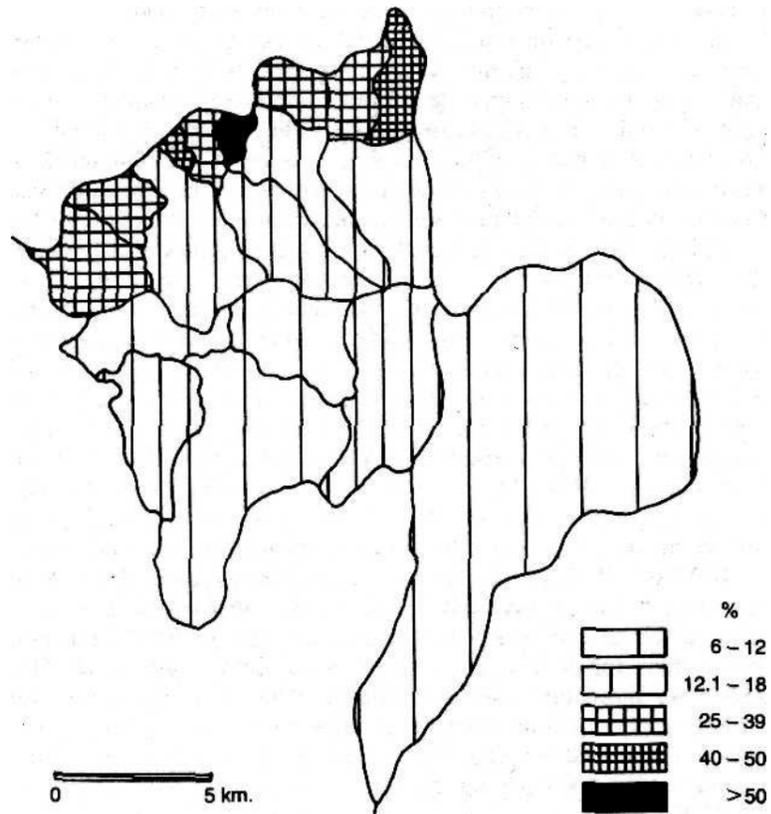
B — total de recenseados (com 20 anos).

Fonte: «livros de Recenseamentos Militares», 1860-85, A.M.M.

A diferença de comportamentos entre os dois grupos de freguesias do concelho é bastante nítida; no entanto, seria forçado concluir que o grupo do Monte formasse um núcleo espaço-temporalmente mais estável, cristalizado no seu isolamento e nas suas práticas sócio-culturais; apesar de termos notícias de um certo comunitarismo¹⁷, sím-

¹⁷ VIEIRA, refere-se a um «...forno que é comum à população» e às malhas cujos «jornas não se pagam a dinheiro e são os vizinhos que reciprocamente se ajudam» (VIEIRA, 1886, pp. 19-23). Ainda em 1935 diz-nos também VASCONCELOS: «Não há pastores assalariados, o gado ovino e caprino de cada lugar forma um rebanho, acompanhado por duas pessoas que o guardam em cada dia e são escaladas entre todos os proprietários do lugar» (VASCONCELOS, 1967, p. 474). Outras formas de entajuda são descritas por GERALDES, 1982, pp. 84-90. As citações referem-se à freguesias de Castro Laboreiro.

Fig. 3 «Residências Ocasionais» em relação ao total de recenseados (%) 1860-85.



bolo de maior coesão dos núcleos rurais, não podemos concluir que a escassez de vias de comunicação salvaguardou este «espaço periférico» da penetração de relações de mercado nos campos, da qual uma das consequências principais que aqui nos interessa é a desagregação sócio-económica do quadro tradicional, provocando a mobilidade geográfica das populações.

Se não podemos considerar importante a saída mais ou menos definitiva, senão prolongada, dos jovens (apesar da tendência para o aumento), não quer isso dizer que haja estabilidade nestes ou noutros escalões etários: à frente veremos como é acentuado o movimento sazonal da população masculina do Monte e a sua semi-proletarização temporária.

Nas freguesias da Ribeira, a percentagem de jovens ausentes é bastante significativa, realizando-se, tal como 110 Monte, num quadro geral de decréscimo populacional no período 1878-1890.

A importância deste movimento é ao mesmo tempo causa e sintoma de uma desagregação crescente da agricultura tradicional fortemente apoiada num sistema de cultura complexo que associa a exploração florestal com a criação de gado graúdo e miúdo, a produção de cereais (principalmente milho), de linho, da vinha e a manutenção de prados artificiais, para só citar algumas das principais facetas do sistema de produção agro-animal, sem esquecer um importante sector ligado à criação de suínos, aves, coelhos e cultivo de produtos hortícolas (RIBEIRO, 1955; pp. 234 a 255). Um tal sistema de produção, cobrindo as necessidades mais triviais de alimentação e consumo doméstico, possui um equilíbrio frágil onde qualquer ruptura implicará mutações no quadro tradicional de vida. Paralelamente, as solicitações de bens produzidos fora do enquadramento local são cada vez maiores, como também será maior a necessidade de capital monetário suficiente para satisfazer esse consumo¹⁸ — não despedido de uma certa ideologia ruralista, S. ROMÃO fala-nos no «luxo relativo hoje observado na população agrícola e que tão perniciosamente vai alastrando, e que tanto contrasta com a encantadora simplicidade há pouco observada» (S. ROMÃO, 1902, p. 54). Noutras circunstâncias, a existência de um mercado próximo (fisicamente próximo ou aproximado por vias e meios de circulação que então eram incipientes) poderia funcionar como catalizador de desagregação deste tipo de agricultura, rendibilizando uma agricultura mais especializada. Claro está que a base fundiária da produção conheceria talvez uma maior concentração, paralelamente a uma desagregação mais rápida da agricultura tradicional cujo impacto a nível populacional se traduziria por uma queda mais brusca. No nosso caso, dadas outras condições, a desagregação será lenta mas irreversível, sofrendo travagens ou acelerações pontuais dependentes de conjunturas diversas a nível local, nacional ou mesmo internacional.

A saída desta população jovem não «absorvida» localmente, não poderá ser vista apenas como uma fuga ao serviço militar — como alguns autores nos querem fazer crer (TELES, 1903, p. 72) —, mas sim como fazendo parte de um processo que não diz respeito apenas a este escalão etário.

¹⁸ Pelas colectas da contribuição industrial para o ano de 1875, encontramos 61 indivíduos ligados ao ramo do comércio (quinquilheiros, tendeiros, vendedores de algodão, de tabaco, ambulantes...) espalhados pelas freguesias do concelho. A vulgarização do algodão em fio e em peça, irá comprometer a médio prazo a produção de linho, tarefa bastante consumidora de mão-de-obra.

Tentando completar o quadro de análise da mobilidade populacional, utilizaremos posteriormente um outro tipo de informação: os «certificados ou termos de identidade» — documento necessário para a obtenção de passaporte e onde constam o nome, sexo, idade, estado civil, naturalidade, sinais particulares e destino do requerente¹⁹. Obtivemos estes dados para um período entre 1878-1890; embora o intervalo de tempo não seja coincidente com o que respeita aos recenseamentos militares, considerámos os dois indicadores como complementares da informação de uma maior ou menor tendência migratória.

Apesar de esta variável ser indicador de uma emigração potencial mais que uma emigração efectiva (é impossível averiguar se realmente o pedido de passaporte, condição necessária para efectuar uma saída legal do País, corresponde efectivamente a um tal tipo de deslocação), ele permanece válido enquanto representativo de uma real vontade de partir em busca de melhores condições de vida, vontade essa condicionada sobretudo pela deterioração do nível local, mas também pela vontade de enriquecer «facilmente» na terra da «árvore das batatas» de onde regressam alguns, muitos poucos, «Brasileiros» cujo sucesso faz já parte de um imaginário local e nacional de fortuna e ascensão social. Esta pouca importância numérica que assumem os regressos está bem patente numa informação que encontramos para um período de entre 1863 e 1873: «Emigrantes portugueses repatriados com declaração do que se sabe ou conjectura dos recursos pecuniários e fortunas líquidas ou em liquidação com que regressaram ao País entre 31 de Dezembro de 1863 e 31 de Dezembro de 1873 e a aplicação que nele lhe tem dado²⁰».

Quadro 5 - Repatriados (1863-78)

Idades	Residência	Profissão no Estrangeiro	Fortuna ganha (rs.)	Valor das propriedades adquiridas	Benfeitorias
60 45	S. Paio.....		2 000 000 500		
35 54	Cristóval.....	Jornaleiro	000	300 000 600	
50	Cristóval.....	Jornaleiro	800 000	000	1 000 000
49 45	Rouças.....	Negociante	8 000 000	3 000 000	8 000 000
80 60	Rouças.....	Negociante	3000 000	900 000	
		Negociante	1 000 000		
	Gava.....	Negociante	1 500 000	1 000 000	
	Alvaredo.....	Negociante	25 000 000 24	8 000 000	2 000 000
	Penso.....	Negociante	000 000	1 000 000	1 000 000
TOTAL			65 800 000	14 800 000	4 800 000

Fonte: «Cópia dos Ofícios para o Governo Civil» (1873-77), A.M.M.

¹⁹ in «Registos de Certificados de Identidade e Salvo-Conduitos», 1876-90, A.M.M.

²⁰ in «Cópia dos Ofícios para o Governo Civil 1873-1878, A.M.M.

Estrutura e mobilidade geográfica - Melgaço (séc. XIX)

Repare-se que, tal como ainda hoje acontece, a maior parte do dinheiro acumulado é drenado para fora da área de residência do emigrado: apenas 19 600 000 réis — 29,8% do total — é investido localmente sob forma de propriedades (imóveis) e benfeitorias.

Começemos então por ver, na totalidade do concelho, qual é a estrutura etária dos potenciais emigrantes (cujo destino indicado é quase exclusivamente o Brasil — 435 de um total de 442; dos restantes, 5 indicam a Espanha, 1 a Argentina e 1 o Uruguai), o seu estado civil e sexo (QUADROS 6 e 7). Para melhor nos situarmos, lembremos apenas que a população masculina é, em 1878, de 7557 e em 1890 de 6294 almas, segundo os censos oficiais²¹, representando os 422 certificados de identidade masculinos 5.6% dos presentes de igual sexo em 1878.

Quadro 6 - **Certificados ou Termos de Identidade passados entre 1873 e 1890 pela Administração do Concelho de Melgaço.**

Escalões etários	n.º de Certif.	% em rel. ao total
15	43	9.7
16-20	31	7.0
21-25	81	18.3
26-30	82	18.6
31-35	55	12.4
36-40	52	11.8
41-45	48	10.9
46-50	19	4.3
51-55	22	5.0
56-60	7	1.6
61	2	0.4
TOTAL	442	100.0

Quadro 7 - **«Termos de Identidade». Sexo e Estado Civil.**

		%	
sexo	Homens	422	95.5
	Mulheres	20	4.5
Est. Civil	Solteiras	233	52.7
	Casados	197	44.6
	Viúvos	12	2.7
TOTAL		442	

Fonte: «Livro de registos de Certificados de Identidade e Salvos-conduitos» (1876-1890), A.M.M.

No que diz respeito à estrutura etária, o escalão compreendido entre os 21 e os 30 anos reúne só por si 36.9% do total. Este elevado peso não é de estranhar, visto abranger uma idade em que normalmente se realiza a independência económica dos indivíduos em relação à família, o que agudiza os problemas de subsistência num quadro de repartição da terra já demasiado fragmentado, perigando os níveis de reprodução familiar dependente exclusivamente ou quase dos rendimentos agrícolas²². A quebra para 7% no escalão entre os 16 e os 20

²¹ O decréscimo entre as duas datas é de - 16.7% para a população masculina e de - 1.3% para a população feminina.

²² Não pretendemos estender este tipo de causalidade apenas aos casos de «fragmenta-

anos é compreensível visto ser um escalão etário próximo do recrutamento militar e que exigia o pagamento de uma fiança — o que directamente restringe a emigração legal. Relativamente aos escalões etários superiores, maiores de 31 anos, eles correspondem em muitos casos não a uma primeira emigração mas sim a sucessivas e intervaladas idas ao Brasil para manter ou aumentar o património predial, pagar dívidas, etc.; repare-se que é preferencialmente acima deste limiar que o peso dos homens casados é maior, sendo por isso mais fortes os laços que os ligam à terra que os viu nascer. Contudo, o valor de 46.4% de certificados correspondentes a idades superiores a 31 anos é bem representativo das dificuldades existentes pois que, contrariamente ao que se passa em escalões etários entre os 20 e os 30 anos, já não são tanto os problemas de partilha de recursos que se põem, mas sim a viabilidade dos que existem ou o agenciamento de outros.

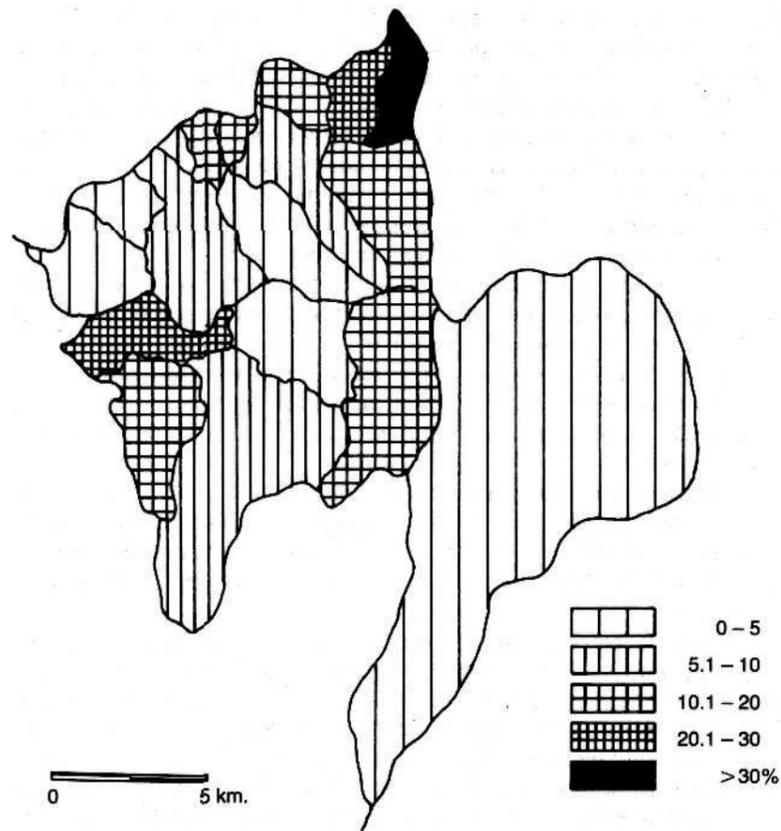
O facto de 44.6% dos casos se referirem a homens casados, reforça esta última situação, já que «as pessoas só se casavam quando herdavam dos pais ou quando estes se retiravam da vida activa» (CABRAL, 1984).

Para obtermos uma imagem de importância relativa (por freguesias) deste indicador, resolvemos calcular a percentagem de certificados de identidade (1878-1890) em relação ao número de fogos em 1878—QUADRO 8—. OS resultados encontram-se cartografados na Fig. 4.

Aqui (FIG. 4 e QUADRO 8), podemos ver que a assimetria existente entre as freguesias do Monte e da Ribeira, observada no FIG. 3 (% de «residentes ocasionais» em relação ao total de manebos recenseados para o período 1860-1885), não se verifica. A diferença mais notável passa-se sobretudo ao nível de algumas freguesias do Monte como é o caso de Couso, Gave, Fiães e Lamas de Mouro que registam índices consideráveis (24.9, 16.6, 13,7 19.4%, respectivamente) de uma mobilidade potencial não captada quando considerávamos apenas os indivíduos de vinte anos; concerteza que a este facto não será estranha a importância que tem nos «termos de identidade» os indivíduos com mais de 21 anos, cujo valor representa 83.3% do total. Também não podemos esquecer que os intervalos cronológicos são distintos, quer em duração quer em limites — 1860-85 para as «residências ocasionais» e 1878-90 para os «termos de identidade» — ,

ção demasiada» já que os mínimos fundiários necessários à reprodução familiar dependem de níveis sócio-culturalmente definidos. Tal é o caos da existência de emigrantes em famílias rurais abastadas que não podem ser explicados por qualquer imperativo ligado à escassez de terra. Esta aparece assim como uma opção, entre outras de possíveis, de agenciar capital monetário e de contrariar tendências de fragmentação do património familiar.

Fig. 4-Termos de identidade/n.º de fogos 1878-1890 (n.º de fogos-censo de 1878).



o que impede que as duas variáveis possam ser vistas em situação rigorosa de complementaridade. Note-se, no entanto, que, cobrindo um período mais recente (1878-1890) —, o número de termos de identidade inscreve-se numa estrutura sócio-económica tradicional cada vez mais desagregada o que, concerteza, explicará o comportamento das freguesias do Monte referidas acima; aliás se virmos novamente o QUADRO 4 (p. 132) verificamos facilmente que, desde o intervalo 1860-65 ao intervalo 1881-85, os volumes percentuais das «residências ocasionais» para o total das freguesias do Monte, assumem valores crescentes, variando desde 6.9 a 10.5%, respectivamente: o processo de desagregação de que falávamos parece estar assim confirmado. Tentando completar o quadro de análise da evolução demográfica, procurámos informações no censo da população de 1890 visto ser

Quadro 8- Termos de Identidade/fogos 1878-90 (por freguesias)

Freguesias	n.º de fogos	n.º de fogos	Termos/fogos-%
Alvaredo	11	218	5.0
Chaviães	32	186	17.2
Cristóval	77	228	33.8
Melgaço (Vila).....	45	237	19.0
S. Paio	9	295	3.0
Paderne.....	26	478	5.4
Paços	41	176	23.3
Penso	7	322	2.2
Prado	14	139	10.1
Remoães.....	1	47	2.1
Rouças	21	283	7.4
RIBEIRA.....	284	2609	10.9
C. Laboreiro	24	610	3.9
Cousso	45	181	24.9
Cubalhão.....	2	94	2.1
Fiães.....	28	205	13.7
Gave.....	29	175	16.6
Lamas.....	12	62	19.4
Parada.....	18	224	8.1
MONTE	158	1551	10.2
TOTAL.....	442	4160	10.6

Fonte. «Registos de Certificados de Identidade e Salvo-Conduitos» (1878-90), A.M.M.; Recenseamento da População, I.N.E., 1878.

aquele que nos pode fornecer uma imagem mais completa e também resultados mais fidedignos, dada a relativa imprecisão e escassez de informação contidas nos censos anteriores, 1864 e 1878, que apenas referem a população (presente ou residente?) e o número de fogos.

O QUADRO 9 e a cartografia de alguns dos dados nele contidos— FIGS. 5 e 6—, conjuntamente com a pirâmide de idades referente ao Concelho (1890) — FIG. 7 —, dão-nos conta de fortes variações da população e desequilíbrios na estrutura etária que tentaremos explicar:

— A variação total da população 1878-90 (negativa em todas as freguesias excepto na que é sede do concelho e na freguesia vizinha de Chaviães) assume valores extraordinariamente significativos nas freguesias de Casto Laboreiro e Lamas de Mouro ----- 51.7 e -65.6%, respectivamente —, acompanhados de fortes quebras na população masculina -26.8 e -19.8%, respectivamente²³ —; são também as duas

²³ Os dados da população masculina, feminina e variação da população total 1878-90 referem-se à população presente. Note-se que só o censo de 1890 divide a população em presente (de facto) e residente; o censo de 1878 apenas refere a população, sem nenhum adjectivo.

Quadro 9- Variação da população, do n.º de fogos 1878-90 e relação homens/mulheres e população presente-residente — 1890.

	Varição da pop. masculina 1878-90	Varição da pop. feminina 1878-90	Varição da pop. total 1878-90	Varição do n.º de fogos 1878-90	Mulheres/ pop. total 1890(%)	varões casados/ mulheres 1890(%)	pop. presente/ residentes 1890 (%)
Alvaredo.....	- 9,9	-13,1	-11,6	-14,2	51,2	100	92,1
Chaviães.....	- 0,9	+ 1,3	0,3	- 9,7	54,4	93,9	100
Cristoval.....	-22,7	- 6,4	-14,1	- 4,8	57,9	92,2	99,6
Melgaço (Vila)....	- 1,7	+12,2	+ 5,7	+8,0	56,4	92,3	99,0
S. Paio.....	- 5,7	+ 1,4	- 1,9	-15,3	55,1	92,9	97,4
Pademe.....	- 4,5	- 4,5	- 4,5	- 0,4	53,3	97,7	99,9
Paços.....	-16,3	0	- 7,9	- 6,8	55,6	92,4	98,9
Penso.....	- 8,7	+ 0,4	- 3,9	- 1,9	55,0	90,4	98,2
Prado.....	-14,5	- 1,4	- 7,3	-12,2	56,9	89,7	98,6
Remoães.....	- 6,7	+ 4,1	- 1,0	- 4,3	54,9	100	95,3
Rouças.....	-11,9	- 0,6	- 6,2	-24,7	53,7	93,3	96,4
C. Laboreiro.....	-51,7	- 2,5	-26,8	-23,3	67,4	33,4	75,5
Couso.....	-14,6	+ 0,3	- 6,8	-14,9	56,4	86,5	94,3
Cubalhão.....	-16,6	+ 2,9	- 0,3	+ 1,1	53,8	93,9	92,6
Fiães.....	-11,5	+ 1,5	- 4,8	+ 1,5	54,8	95,7	95,1
Gave.....	- 6,3	+ 3,9	- 0,8	- 0,6	57,0	100	100
Lamas.....	-65,6	+ 9,7	-29,8	-19,4	74,3	24,2	72,6
Parada.....	-18,0	-13,2	-15,4	- 4,9	55,0	36,5	92,4

Nota: os dados de todas as colunas, excepto a 4.ª e a última, dizem respeito à população presente «de facto» em 1890.

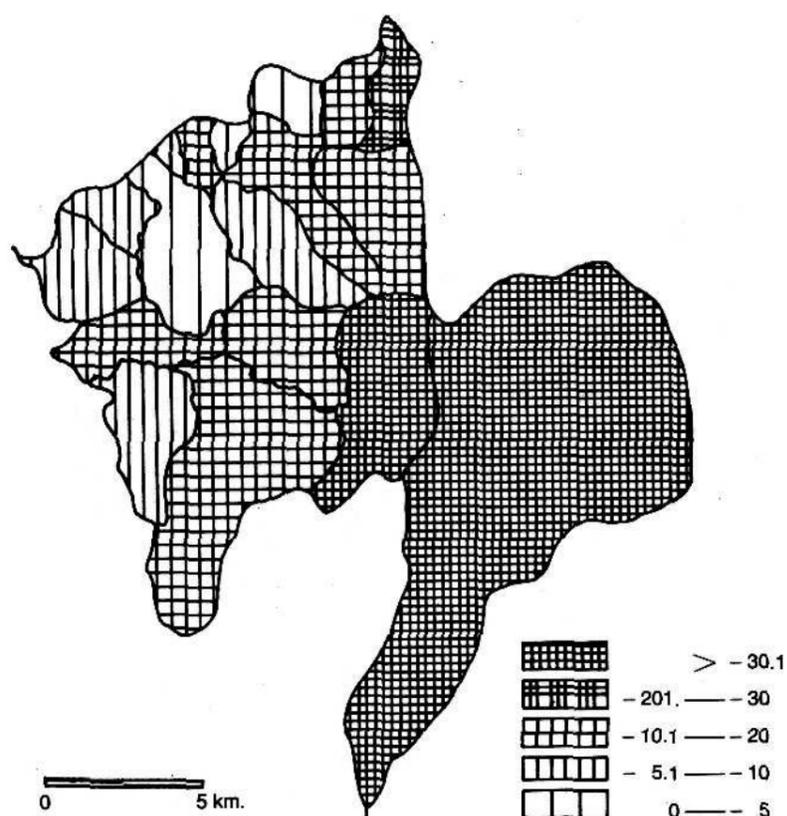
Fonte: Recenseamento Geral da População 1878 e 1890 I.N.E.

freguesias onde os dados referentes à população presente e residente são mais díspares — 77.5 e 72.6% da população presente em relação à residente, respectivamente — , como também o são o peso das mulheres em relação à população total (67.4 e 74.3% respectivamente) e o peso dos homens casados em relação às mulheres casadas, 33.4 e 24.2%, respectivamente.

Creemos que o comportamento das duas freguesias citadas, conjuntamente com as de Cubalhão e Parada do Monte (todas pertencentes ao grupo das freguesias do Monte), está fortemente relacionado com migrações sazonais²⁴ pois elas acusam desvios bastante pronunciados de população presente em relação à residente; esses desvios são justificados sobretudo pela variação da população masculina, acompanhados de valores de percentagem baixos dos homens casados em relação às mulheres casadas (ver FIGS. 5 e 6 e QUADRO 9); o recenseamento é efectuado no Inverno, época em que as condições rigoro-

²⁴ A Fig. 7 é esclarecedora relativamente à situação em altitude deste grupo de freguesias, especialmente das quatro citadas. Mais que qualquer descrição, a situação em altitude é um indicador elucidativo das condições naturais das freguesias do Monte, condições essas que limitam fortemente o tipo e a intensidade dos cultivos.

Variacão da população masculina 1878-1890 (%)

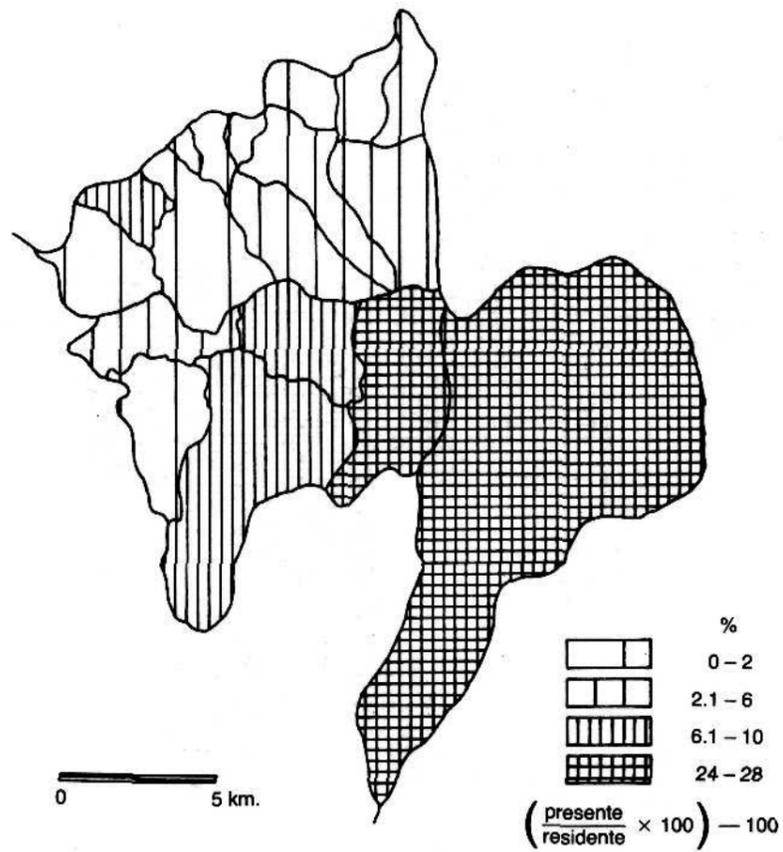


sas de clima condicionam fortemente as necessidades de força de trabalho, permitindo a sua libertação periódica — o calendário agrícola articula-se perfeitamente com uma mobilidade sazonal que não compromete o sistema e o tipo de culturas; finalmente, temos notícias respeitantes a Castro Laboreiro, de fortes migrações sazonais masculinas durante o Inverno²⁵.

Não pretendemos explicar as variações da população apenas por estas migrações sazonais (elas justificariam, em parte, as fortes varia-

²⁵ «...nos fins do S. Miguel os homens robustos e válidos emigram para o Douro e Beiras, onde vão fazer paredes nos matos e campos (...) No mez de Junho regressam aos seus lares e fazem os trabalhos agrícolas da colheita do centeio e batata, a apanha das lenhas e dos mattos...» (VIEIRA, 1886, p. 22).

Fig. 6 - Diferença (%) entre a população presente em relação à residente - 1890.



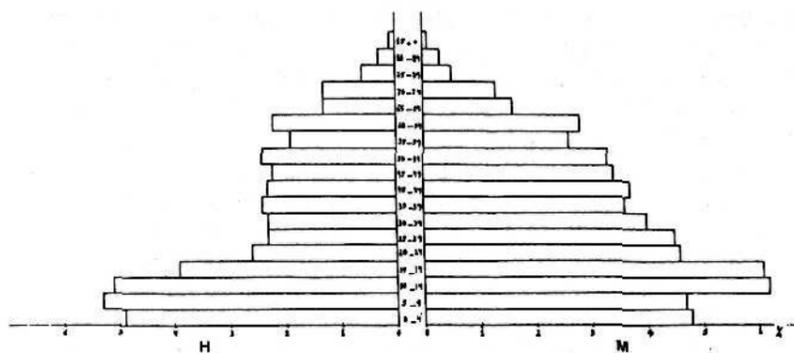
ções da população masculina de Lamas de Mouro e Castro); fazêmo-lo porque achamos lógico que elas se realizem nas freguesias do Monte dadas as condições semelhantes que assume a organização da economia agrícola.

Nas freguesias da Ribeira, as exigências constantes de trabalho (com períodos de ponta, claro) durante o ano não permitem estas migrações, pelo que as formas que a mobilidade geográfica das populações assume, serão, necessariamente, diferentes. No seu conjunto a variação (decrécimo) da população masculina 1878-1890 não é tão acentuada como no Monte (Fig. 5); devemos esclarecer, no entanto, que, pelo que foi dito, a variação da população masculina para o Monte é muitas vezes uma variação fictícia visto serem sazonais os

movimentos que a provocam, enquanto que na Ribeira e também em parte (em alguns casos) para as freguesias do Monte que possuem sistemas de culturas semelhantes aos da Ribeira (casos de Couso, Gave e Fiães), as mesmas variações correspondem a saídas com carácter mais definitivo.

A pirâmide de idades (FIG. 7) do concelho para 1890 deve, pelo que foi dito atrás, ser compreendida com todas as reservas postas; repare-se que, segundo o censo do mesmo ano, Castro Laboreiro possui uma população de «residência habitual» de 2145 habitantes, sendo a população presente 1619 habitantes; destes 1619, 528 são homens e 1091 são mulheres. Se igualássemos o número de homens ao das mulheres (mais 563), a percentagem global (todas as freguesias) de homens na população presente total passaria de 43.4 para 47.3%.

Fig. 7 — Estrutura etária do concelho de Melgaço —1890.



4.2 *Sistemas de Culturas*

Na tentativa de obter uma imagem da actividade económica principal do concelho — a produção agrícola —, optamos (condicionados pelas informações existentes) pela análise da distribuição espacial da produção de vários tipos de produtos vegetais e animais, atendendo aos diferentes sistemas de cultura próprios do Monte e da Ribeira. A estrutura fundiária, importante na definição de categorias sócio-económicas e condicionante do processo de produção e distribuição de produtos agrícolas, será um outro indicador a analisar à frente e que completará a caracterização económica que nos propomos realizar.

O primeiro indicador — níveis de produção relativa — fornecer-nos-á uma primeira diferenciação das freguesias (e o grau de diferenciação relativo no conjunto do concelho) de maneira a captar os distintos quadros em que se realiza a mobilidade da população.

Os níveis de produção relativa foram calculados com base nas percentagens de produção em cada freguesia em relação ao total do concelho para cada produção animal ou vegetal²⁶, sendo seguidamente ponderados com a percentagem de população (censo de 1878) por freguesia em relação ao concelho; o índice elaborado é então:

$$\frac{X_{ij}}{Y_j} \quad X_{ij} \text{ — Percentagem de produção do produto } i \text{ na freguesia } j, \text{ em relação ao total produzido no concelho.}$$

$$Y_j \quad Y_j \text{ — Percentagem da população da freguesia } j \text{ em relação ao total da população do concelho.}$$

O índice, variando entre $[0, +\infty [$, deverá ser compreendido com um quociente de localização²⁷ visto serem idênticos os seus resultados. Assim, os valores compreendidos entre $[0,1[$ indicam uma proporção da variável considerada (neste caso valor da produção agro-animal) inferior à média concelhia; o valor 1 (um) indica uma igualdade de distribuição na freguesia considerada relativamente à média concelhia; os valores compreendidos no intervalo $]1, +\infty [$ indicam uma proporção superior na freguesia também em relação à média concelhia. Convém, no entanto, antes de passar à análise, clarificar algumas questões que tem a ver com a técnica e metodologia seguida para a construção do índice:

— A primeira questão prende-se com o facto de que a média concelhia — relação entre a produção total do concelho e a população respectiva — engloba freguesias pontualmente não produtoras; é o caso, por exemplo, das freguesias de Lamas, Cubalhão e Castro Laboreiro que não produzem linho mas que formam só por si 17.5% da população total do concelho.

— Existem freguesias cujas populações constituem lugares situados a altitudes muito díspares o que condiciona ou mesmo impede o cultivo de determinadas espécies (caso da vinha). Sendo impossível fazer uma desagregação espacial inferior à das freguesias, tais casos estarão necessariamente distorcidos num índice que se constrói a esse nível e que por isso dilui tais situações.

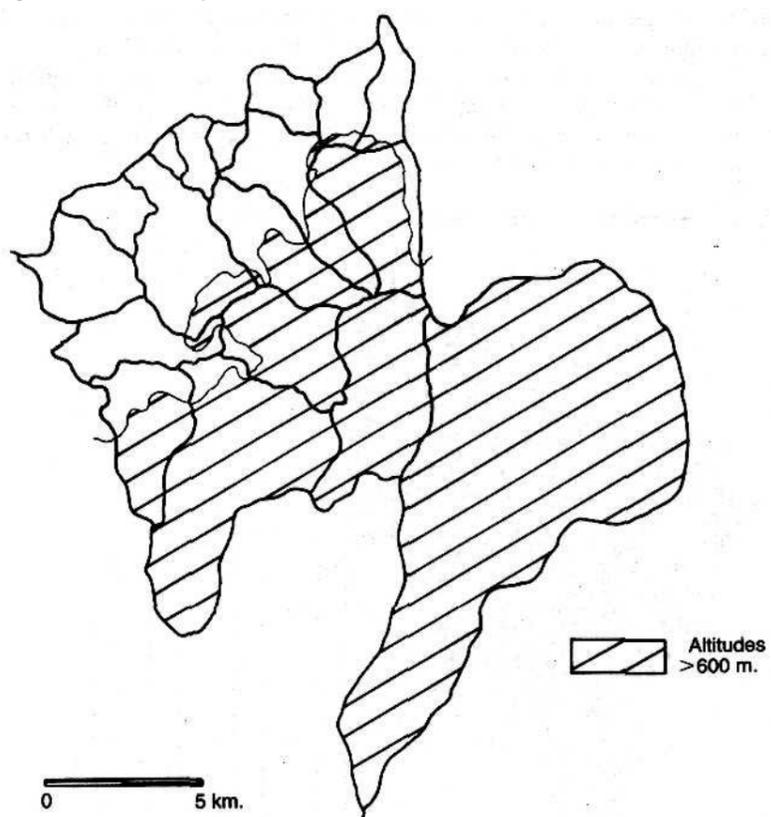
²⁶ segundo dados constantes no «livro de Ofícios ao Governo Civil» 1877 e 1883 (para a produção de milho), A.M.M.

²⁷ O cálculo do quociente de localização (q.l.) seria:

$$q.l.j = \frac{\frac{X_{ij}}{X_i}}{\frac{Y_{pj}}{Y_p}} \quad \begin{array}{l} X_{ij} \text{ — produção de } i \text{ na freguesia } j \\ X_i \text{ — total da produção } i \text{ no concelho} \\ Y_{pj} \text{ — população da freguesia } j \\ Y_p \text{ — total da população do concelho} \end{array}$$

A explicação e crítica desta técnica pode encontrar-se em ESTEBANEZ e BRADSHAW, 1978, p. 107. Ver também BREDA, 1979, pp. 3-9.

Fig. 8 — Altitudes superiores a 600 metros.

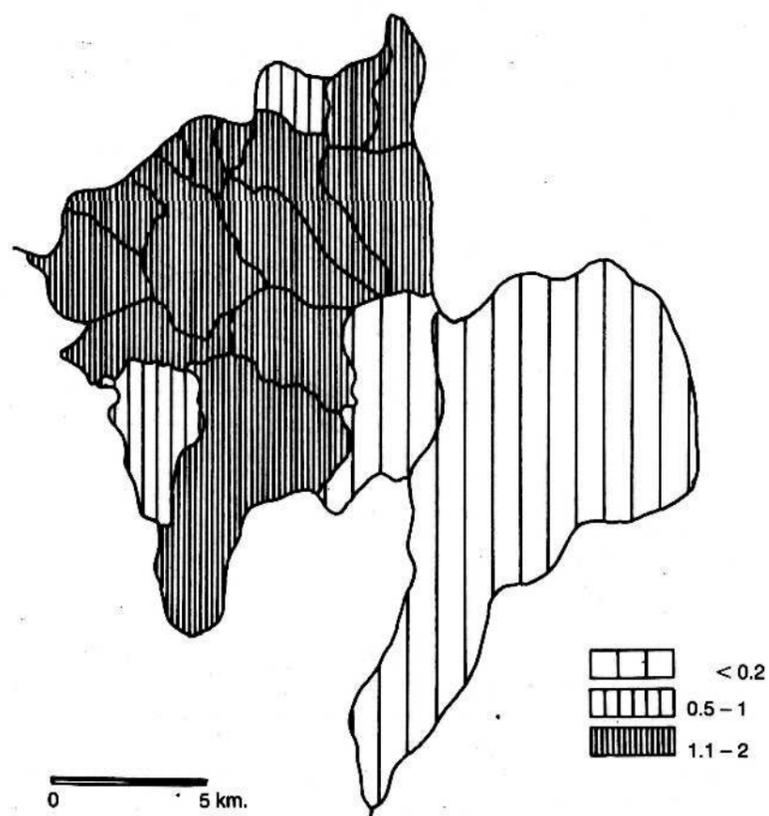


— Os índices aparecerão, pelo que se disse, inflacionados o que compromete análises do tipo das que consideram o valor 1 (um) de quociente de localização como correspondente a uma situação de um certo equilíbrio definido pela média concelhia. Esta conclusão seria duplamente perigosa visto não sabermos se a média concelhia, tomada como base de comparação, corresponde a esse equilíbrio e porque também, a nível das freguesias, surgem os problemas já apontados que sobrevalorizam o quociente.

Os problemas levantados aconselham-nos uma utilização dos diferentes índices apenas como medidas de diferenciação relativa, a «traço grosso», tendentes a verificar a maior ou menor elasticidade da produção agrícola vista duplamente do ponto de vista de cada tipo de produção e da combinação de vários tipos. Pela importância que assu-

mem no leque de produções da Ribeira e do Monte, privilegiámos a análise da distribuição dos índices de produção de milho, vinho e gado miúdo (caprino e ovino) — FIGS. 9, 10 e 11 e QUADRO 9 — , O milho, cultura básica na agricultura minhota²⁶, é a produção melhor distribuída pelo conjunto das freguesias do concelho exceptuando as duas mais montanhosas de Castro Laboreiro e Lamas do Mouro, onde é praticamente inexistente (FIG. 9).

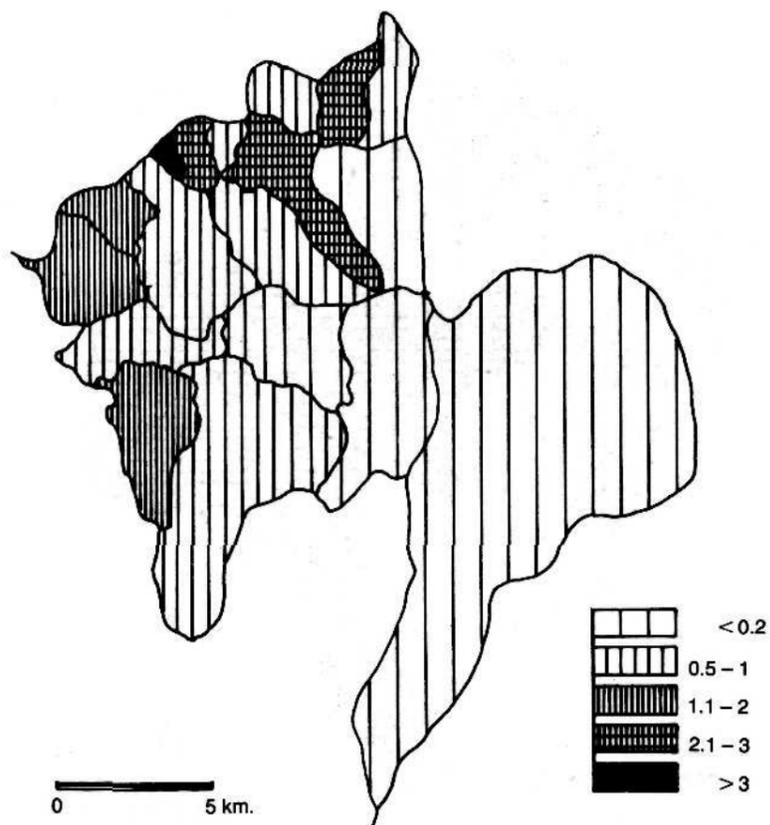
Fig. 9 — Índices de produção-Milho (1883).



Actuando como base da alimentação, quer das pessoas, quer dos animais, a sua cultura constitui o núcleo de um sistema de culturas

²⁶ Uma imagem do impacto da introdução da cultura do milho no sistema de produção Minhoto, está descrita em ARAÚJO, 1979.

Fig. 10- Índices de produção — Vinho (1877).

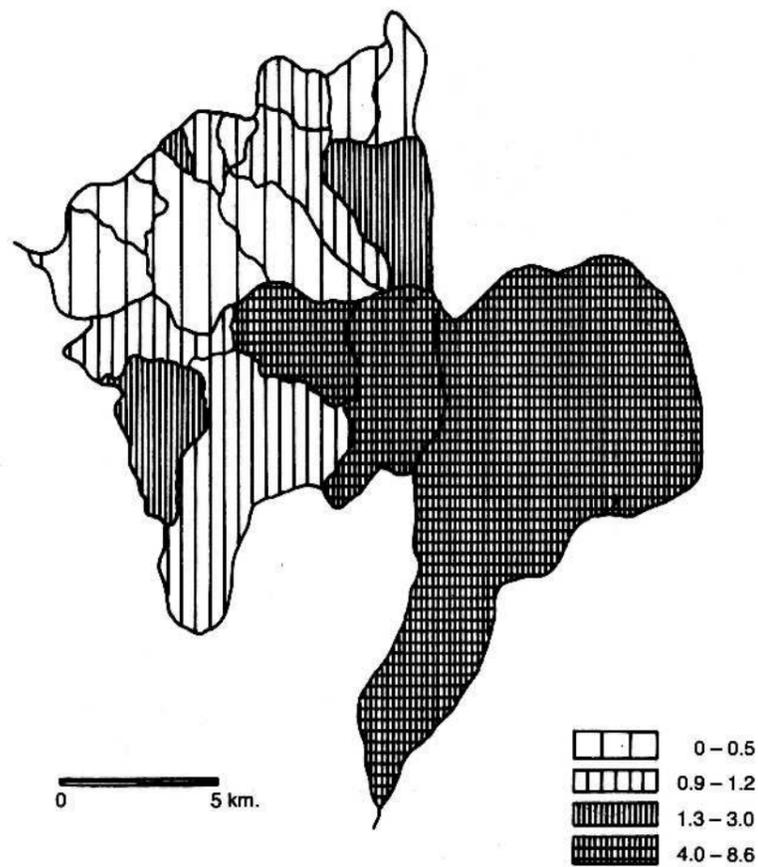


fortemente consumidor de força de trabalho que implica a organização de um sistema de gestão de águas comunitário para rega, a utilização do baldio para corte de mato, a estabulação de gado para o fabrico de estrume e, enfim, o cuidado intensivo de manter uma terra rica para o cultivo de um cereal exigente.

Constituindo cerca de 86.7% da produção cerealífera do concelho em 1883²⁷ — por este número podemos verificar a importância que assume —, o milho permanece como um indicador da existência de uma economia agrícola forte consumidora de trabalho, fixadora de

²⁷ De um total de 4 532 790 litros de cereal colhido em 1883, o milho constituía 3 929 200 l. (86.7%), o centeio 590 000 l. (13%) e o trigo 13 590 l. (0.3%), segundo valores constantes no «Livro dos Offícios ao Governo Civil — 1883», A.M.M.

11 - Índices de produção - Gado miúdo (caprino + ovino) 1877.



mão-de-obra quase permanentemente ocupada, seja com os trabalhos de lavrar, semear, cavar, colher..., realizados fora da estação Invernal, seja com o corte da erva para o gado, o limar dos campos ou a poda da vinha, realizados no Inverno.

A produção vinícola não reveste aqui a importância económica e sócio-demográfica que poderia ter uma regime de monocultura orientada para o mercado como é o caso da produção do Alto Douro²⁸; ela terá que ser vista como uma componente do sistema de culturas cuja finalidade principal é o consumo doméstico e ocasionalmente para um

²⁸ PEREIRA, 1983, pp. 126-141, dá-nos uma imagem dos processos desencadeados pelo declínio da monocultura.

Quadro 9 — Índices de produção²⁹.

	Cereais				Gado		
	Milho	Vinho	Linho	Centeio	Vacum	Lanífero	Caprino
Alvaredo	1.20	1.40	1.40	0.20	0.70	0.10	0.04
Chaviães	0.79	0.63	1.63	0.47	0.51	0.98	0.21
Cristóval	1.10	0.89	1.52	0.08	0.44	0.23	0.18
S. Paio	1.55	0.94	2.12	0.36	0.80	0.14	0.09
Paderne	1.04	0.97	1.12	0.68	1.90	0.11	0.07
Paços	1.31	2.30	1.67	0.12	1.00	0.12	0.01
Penso	1.47	1.74	1.37	0.63	1.31	0.39	0.01
Prado	1.76	2.54	1.42	0.27	1.60	0.90	0.12
Remoães	1.92	4.08	1.92	0.83	2.75	2.42	0.25
Rouças	1.13	2.34	1.13	0.15	2.10	0.81	0.23
Melgaço (Vila) ..	1.01	0.75	1.09	0.13	0.16	0.09	0.14
Castro	0.03	0.04	0.00	4.91	0.70	3.44	4.76
Cubalhão	1.05	0.00	0.00	0.38	2.48	3.24	1.50
Couso	1.07	0.56	0.80	0.28	0.60	0.67	0.49
Fiães	1.10	0.10	0.59	0.15	0.54	1.24	1.27
Gave	0.93	1.20	0.56	0.49	0.49	1.00	0.93
Lamas	0.05	0.00	0.00	1.47	3.20	3.33	5.27
Parada do M.te	1.13	0.78	0.42	0.30	0.29	0.47	0.47

mercado local resultante da procura por parte dos não produtores (por não terem acesso à terra ou por viverem em locais cujas condições naturais dificultam ou impedem o seu cultivo) ou do comércio em tabernas, feiras, festas e romarias³⁰. Como podemos verificar na FIG. 10 a distribuição da produção é bastante irregular dadas, principalmente, as condições diferentes de clima e exposição a que esta espécie é particularmente sensível. Das freguesias do Monte apenas a Gave, Parada do Monte e Couso registam produções significativas devido aos locais abrigados situados na meia encosta do vale do rio Mouro — é claro que os dados que possuímos referem-se apenas à quantidade e não à qualidade que aqui é bastante má. Globalmente, é nas freguesias da Ribeira que esta produção domina (quantitativa e qualitativamente) o que aumenta as possibilidades de acumulação de capital locais.

A criação de gado miúdo (lanífero e caprino) é uma das ocupações principais das freguesias mais montanhosas de Castro Laboreiro, Lamas de Mouro e Cubalhão. Já Castro Laboreiro (13.9% da população total do concelho em 1878) possuía 47.8% dos efectivos laníferos e 66.2% dos caprinos; mesmo assim, nesta freguesia, a média de la-

²⁹ Os dados para o cálculo do índice encontram-se no ANEXO I. A produção de milho refere-se ao ano de 1883, os restantes valores referem-se ao ano de 1877.

³⁰ Já atrás (p. 18) falámos nas dificuldades de comercialização de fortes contingentes de vinho para fora do concelho.

nígeros/fogo era de 1.6 e a de caprinos/fogo, 2.3³¹. Está assim mais uma vez testada a fragilidade económica destas comunidades camponesas da montanha, duplamente ameaçadas pela dificuldade em constituir capital monetário ou em reproduzir a exploração. As migrações sazonais de que já falámos, apresentam-se assim como uma solução possível para equilibrar os pecúnios domésticos, mantendo patamares de população que, de outra forma, não seriam compatíveis com os recursos locais existentes.

4.3 — *Estrutura fundiária*

De modo a conseguirmos uma imagem da estrutura fundiária, procurámos analisar um indicador da propriedade jurídica da terra: as colectas de contribuição predial para o ano de 1876³². O conhecimento da estrutura fundiária é indispensável na caracterização sócio económica: como condição necessária à produção agrícola, a terra garante a sobrevivência económica do camponês, posicionando-o, pela maior ou menor quantidade de que dispõe, na estratificação social local ao mesmo tempo que lhe define limiares de riqueza e acumulação de capital importantes no equacionamento de decisões a tomar (emigrar, por exemplo). Claro que um tal indicador fundamenta-se unicamente na propriedade jurídica sem nada nos dizer acerca das formas e do peso do direito de exploração da terra por não proprietários sob forma de contratos de arrendamento ou parceria. Alertados para tal problema, vejamos então como se processa, ao nível da freguesia, a relação entre os proprietários e os não proprietários, utilizando como indicador o número de contribuintes prediais e número de fogos (FIG. 12).

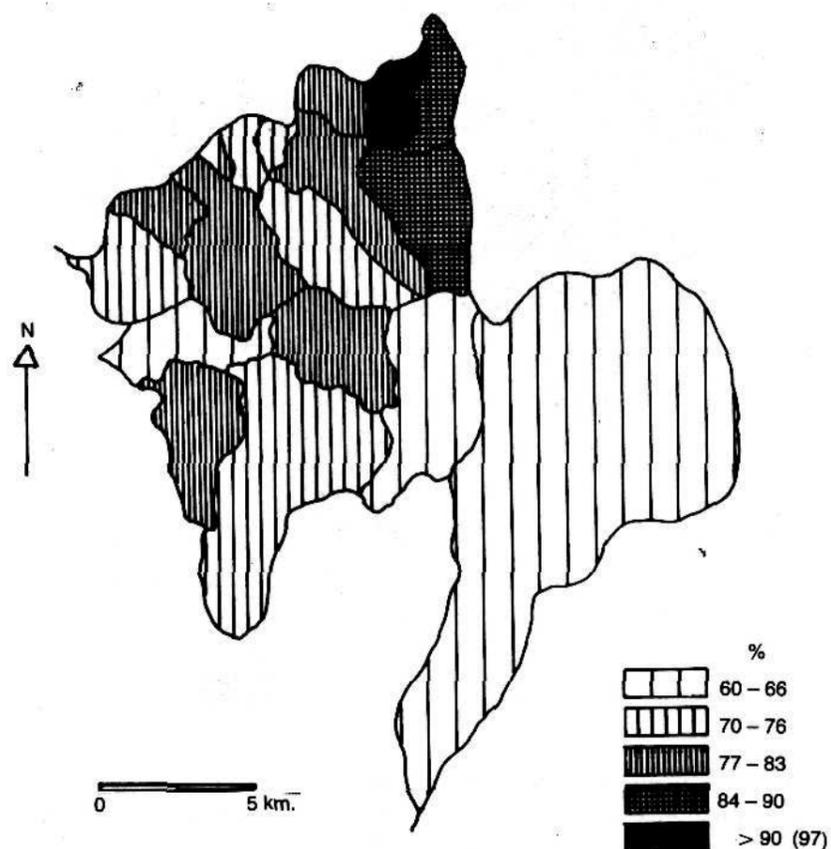
A relação, indicadora da percentagem média por freguesia dos fogos que possuem um proprietário, varia desde um mínimo de 60% até 97% o que nos dá uma ideia das desigualdades existentes no acesso à propriedade jurídica da terra e da correlativa desigualdade das condições económicas das famílias camponesas, destruindo a imagem que muitas vezes se tem de uma área de minifúndio onde todas as famílias são proprietárias. Sobre esta desigualdade assentarão clivagens sociais importantes, já o dissemos, que vão condicionar o fenómeno emigratório para o Brasil ou outras formas de mobilidade espacial — à frente veremos as possíveis relações. De uma maneira geral, verificamos que é sobretudo nas freguesias da Ribeira que o peso dos proprietários é maior, enquanto que nas freguesias do Monte, sobretudo Castro Laboreiro, Lamas de Mouro e Couso, a situação é inver-

³¹ Os valores absolutos são de: 988 lanígeros e 1400 caprinos (ANEXO I) e 610 fogos segundo o Censo de 1878.

³² in «Livros de Registos (...) para o ano de 1876», A.M.M.

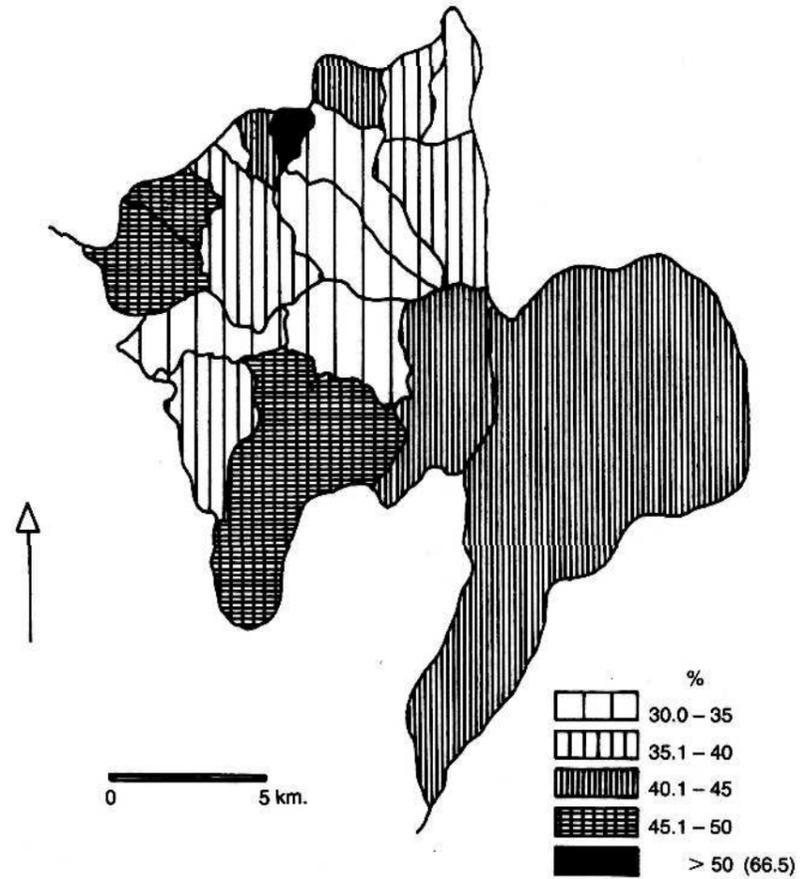
sa (a existência do baldio para apascentar o gado miúdo, sobretudo, explicará em parte a sobrevivência de uma parte da população que poderá aproveitar igualmente a exploração de lenha para o fabrico do carvão) reflectindo uma situação em que, para além do que já foi dito acerca da produção, reforça a ideia que tínhamos sobre as dificuldades aqui existentes.

Fig. 12 - Número de Contribuintes Prediais/fogos (%) - 1876



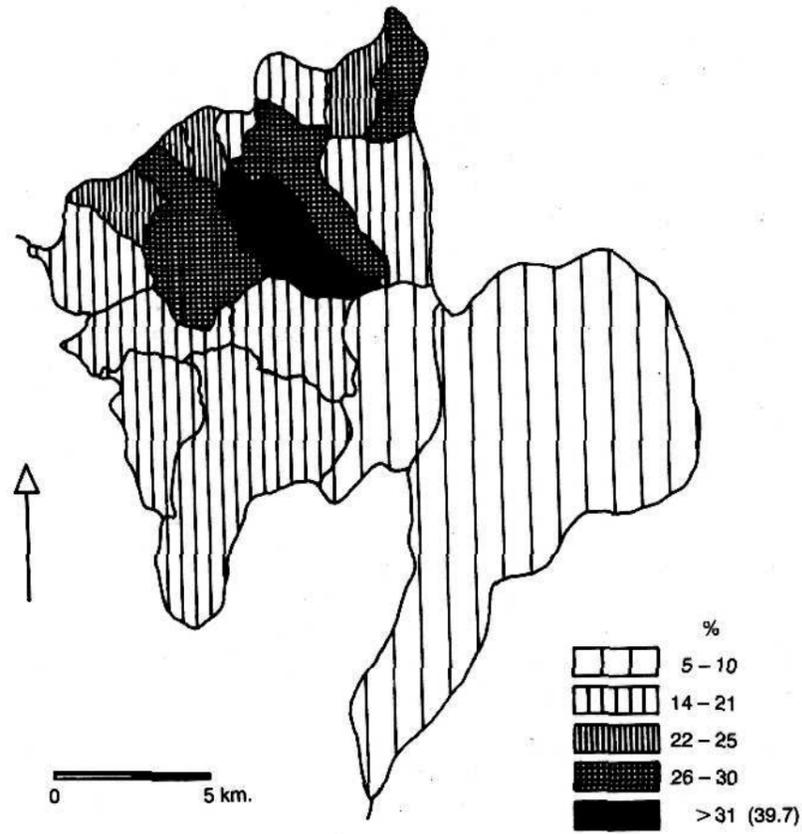
Analisando agora o peso da classe dos pequenos contribuintes (valores inferiores a 1000 réis — FIG. 13) e dos médios/grandes (valores superiores a 3000 réis — FIG. 14), a situação clarifica-se mais um pouco: continuam a ser Castro Laboreiro e Lamas de Mouro as freguesias que registam os valores mínimos da classe dos valores superiores a 3000 rs., 8.6 e 7.9% respectivamente. No conjunto repa-

Fig.13 - Contribuintes que pagam menos que 1000 réis. Percentagem, por freguesia, em relação ao total de contribuintes —1876.



re-se que é também nas freguesias da Ribeira que o peso desta última classe é maior, registando-se valores bastante afastados dos que se verificam no Monte: 39,7% para S. Paio, 30,8% para Rouças, 23,8% para Cristóval, etc. Cremos que a franja de semi-proletários de que já várias vezes falámos, será recrutada em grande parte nestes «proprietários» que pagam contribuição inferior a 1000 rs., constituindo uma base laborai relativamente estável (por possuir uma pequena parcela de terra) dos grandes casais de lavradores que, mesmo depois do «Antigo Regime» e da abolição dos morgadios, permaneciam com o seus patrimónios fundiários intactos ou até aumentados graças a diver-

Fig. 14 -Contribuintes que pagam mais que 3000 réis. Percentagem, por freguesia, em relação ao total de contribuintes —1876.



sas estratégias: celibato de alguns filhos que muitas vezes seguiam a carreira eclesiástica, casamentos realizados internamente nestes escalões sociais elevados, privilégio de herança para um só filho que protegia a velhice dos pais³³, etc. Quanto aos pequenos proprietários de prédios com uma contribuição inferior a 500 réis (23.4% das contribuições no concelho de Melgaço), «... a sua significação é principalmente moral, e não económica (...) no fundo são um excelente pro-

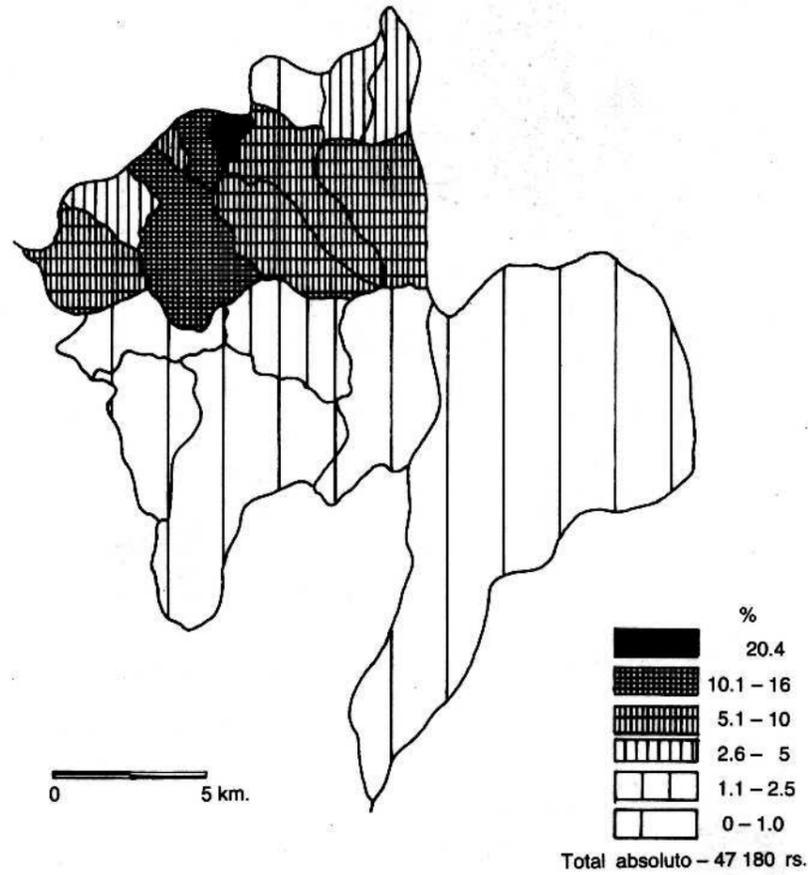
³³ O usufruto comum até à morte do último filho (este então poderá dispor da herança), constitui também uma outra estratégia de preservar o património intacto).

cesso de morigerar o jornaleiro, impedindo a formação de uma população solta nos campos, de um proletariado rural salariado, necessariamente inquietante para a média e grande propriedade em que se contém a grande riqueza regional» (TELES, 1903, p. 187). Retirando o conteúdo ideológico da afirmação relativamente às vantagens da existência da pequena(íssima) propriedade, esta fracção da realidade camponesa constituirá uma situação amaciadora de potenciais conflitos sociais, apegada que está à terra pelo torrão que lhe pertence mas que, ao mesmo tempo, lhe pode permitir a realização de um mínimo de dinheiro para emigrar.

Um outro indicador da realidade fundiária do concelho, obtivemo-lo a partir dos valores dos pagamentos da Congrua — contribuição paga para a Igreja mas controlada exteriormente a ela pela «Junta da Congruas» e deduzida das outras contribuições — feitos para fora da freguesia por parte dos residentes que aí possuam terras e recebidas de fora dos residentes de outras freguesias em situação idêntica (FIGS. 15 e 16 e ANEXO III). Os resultados da análise dos dois mapas são claros: são as freguesias da Ribeira que, no seu conjunto, pagam 86.2% (40 660 rs.) do quantitativo total das congruas para fora sendo 98.2% desta quantia paga para as próprias freguesias da Ribeira e o restante (1.8%) para o Monte; por sua vez as freguesias do Monte pagam 13.8% (6 520 rs.) do quantitativo total do concelho para fora, sendo 46.6% desta quantia (3 040 rs.) paga neste grupo de freguesias e 53.4% (3 430 rs.) para as freguesias da Ribeira (ANEXO III). Apesar dos diferentes pesos demográficos a tendência é que: a mobilidade fundiária (de que esta variável é indicadora) se realiza sobretudo dentro das freguesias da Ribeira — 86.2% do total — e entre elas por razões de maior poder de compra, maior procura, vizinhança de freguesias, casamentos, etc. (de notar o peso significativo da freguesia sede do concelho que só por si é responsável por 20.4% do total de pagamentos (possui 5.5% do total de contribuintes do concelho) o que é já indicador de uma certa concentração de proprietários mais ou menos absentistas que possuem as suas terras noutras freguesias); as congruas de fora do concelho são quase na totalidade (97.6%) pagas nas freguesias da Ribeira (MAPA 14), assumindo um papel relevante as freguesias da Vila, Rouças, Paderne, Alvaredo e Chaviães; as freguesias do Monte registam uma certa imobilidade (exceptuando Fiães que paga uma quantia considerável, 9.5% do total, para as freguesias vizinhas de Paços e Lamas de Mouro situação esta resultante talvez de compras de terras feitas aquando da extinção do convento que aí existe) que explica e é explicada, quer pela sua já aludida e repetida debilidade económica, quer pela fraca acessibilidade comum a todas as suas freguesias e que lhe conservou um certo autarcismo cultural de que a rivalidade e o sentimento da diferença,

ainda hoje são notados — os casamentos realizados entre jovens do mesmo lugar ou mesmo a endogamia, são as situações até há bem pouco tempo predominantes em Castro Laboreiro (POLONAH, 1981, pp. 72-74).

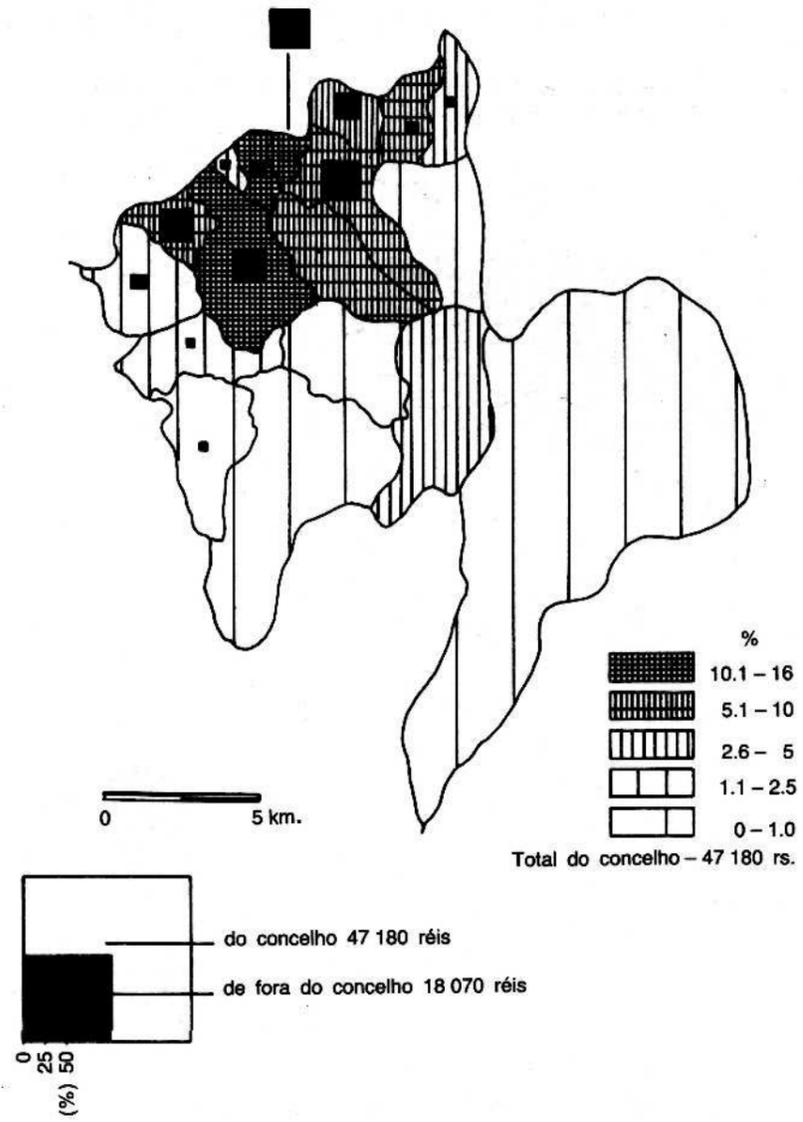
Fig. 15-Congruas pagas para fora da freguesia —1881/82, (percentagem por freguesia em relação ao total).



5. ESTRUTURA AGRÁRIA E MOBILIDADE DEMOGRÁFICA

Lançadas que estão as linhas mestras que caracterizam o desenvolvimento económico do concelho, a mobilidade da população e as características e condicionantes da estrutura produtiva agrícola, sentimos a necessidade de, no prosseguir da investigação, tentar relacionar esses diferentes aspectos de molde a buscar explicações plausíveis dos

Fig. 16-Congruas recebidas de fora da freguesia (do concelho e de fora do concelho em percentagem por freguesia).



diferentes comportamentos assumidos pela população que, no seio de um espaço diferencial, desigualmente reage à desarticulação de um sistema económico mais ou menos fechado e periférico mas, apesar

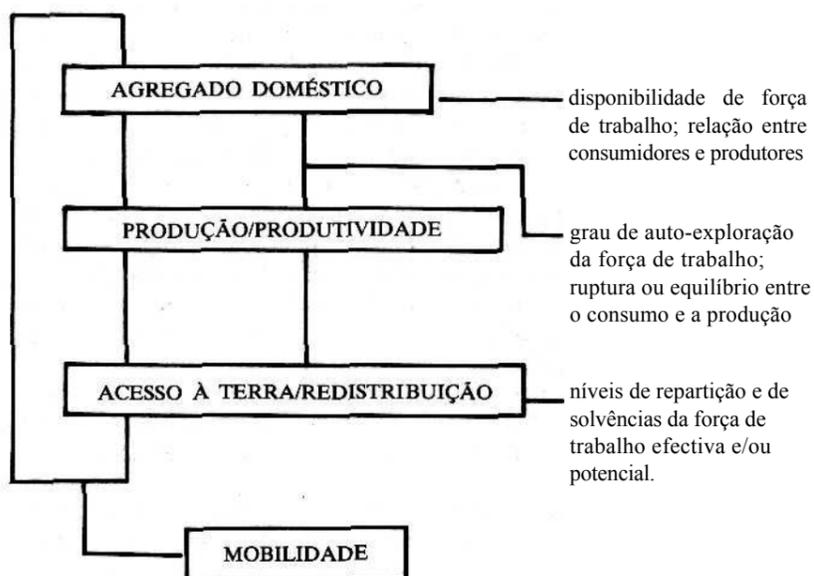
disso, progressivamente aberto ao mundo exterior, abertura essa que se faz sobretudo em relação ao mercado de trabalho. Todo este processo encontra as suas explicações dentro e fora desse sistema: *dentro* porque estamos em presença de um sistema de produção, distribuição e consumo extremamente frágil no seu equilíbrio, complexo no seu conteúdo e, por isso, muito sensível a quaisquer modificações, sejam elas dependentes das oscilações demográficas, das crises de produção, das necessidades monetárias, da penetração de novos hábitos de consumo..., tudo isto numa conjuntura em que a evolução das redes de transporte e informação vai sendo pouco a pouco mais importante nas suas condicionantes; *fora* porque estavam criadas condições que aceitavam e exigiam uma força de trabalho disponível devido ao desenvolvimento das forças produtivas e do aparelho comercial no País (sobretudo em alguns centros urbanos) e no Brasil (com o aumento da produção do café, algodão, açúcar, couros, borracha... e a necessidade de recrutamento de força de trabalho que, após a abolição da escravatura³⁴, se terá que procurar noutras opções (MARTINS, 1888, pp. 166-177).

Assim, retomando a matriz teórica de referência que tínhamos delineado atrás, a mobilidade espacial da população é compreendida como resultante da desagregação do sistema sócio-económico local e, ao mesmo tempo, como uma estratégia de reprodução do agregado doméstico de produção agrícola; para efeitos de uma melhor compreensão, este poderá ser analisado através de três níveis principais de articulação: a disponibilidade de força de trabalho, o acesso à terra e as condições que regulam a sua redistribuição ao longo das gerações e a produtividade e o tipo e quantidade de produção - FIG. 17.

A mobilidade, sintoma e resultado do desequilíbrio ou condição de equilíbrio do sistema assim definido, apresenta-se de uma maneira polimórfica (mobilidade realizada localmente, de carácter sazonal, para centros urbanos no País e para o Brasil) e inscreve-se em realidades muito distintas. Assim, considerando dois casos extremos e supondo constantes os agregados domésticos, vejamos dois exemplos: a mobilidade sazonal verificada em algumas freguesias do Monte (ver ponto 5.1) reproduz uma exploração agrícola com rendimentos precários, uma produtividade baixa, pouca elasticidade do leque de produções (bastante distante da diversidade das produções da Ribeira com

³⁴ A proibição de importação de escravos no Brasil (1851) e a alforria dos escravos da «Nação e da casa Imperial» (1871), constituem os dois golpes mais rudes na restrição de mão de obra escrava, provocando, em contrapartida, o desenvolvimento da emigração Italiana, Portuguesa, Alemã e Espanhola, sobretudo (MARTINS, 1888, pp. 146 a 165).

Agregado doméstico de produção agrícola, elementos principais.



as vantagens que esta situação contém) e a escassez de terra (o baldio não pode contrabalançar satisfatoriamente os cerca de 40% de fogos que em Castro e Lamas de Mouro não possuem proprietários), resultando numa dificuldade muito grande de acumular capital suficiente para realizar uma emigração para o Brasil; por outro lado, do extremo oposto, a procura de manutenção de um estatuto social elevado na hierarquia da aldeia, leva a que membros de famílias proprietárias abastadas, procurem o Brasil «prescindindo» assim de possíveis partilhas de património fundiário (O'NEILL, 1981, p. 52). Entre estes dois extremos ficarão os médios e pequenos proprietários, meeiros, arrendadores, jornaleiros..., que, numa conjuntura económica mais ou menos fechada e estruturada a nível familiar, podem manter níveis de consumo muito baixos enquanto que a utilização de força de trabalho pode chegar a patamares muito intensivos, quer dentro, quer fora da exploração agrícola o que poderá mesmo permitir uma certa retenção da população. Resta saber agora que capacidade é que o sistema local possui para absorver essa força de trabalho, ou seja, até que ponto, também, a posse de uma pequena parcela de terra fixa os produtores ou lhes permite a acumulação de capital necessário (através da venda ou hipoteca) para emigrar.

Para esclarecer estas ou outras situações, procurámos construir

alguns indicadores de acordo com os elementos principais delineados na FIG. 17, desagregados por freguesias; os indicadores são:

- 1 — Índice composto — balanço produção/consumo — 1877³⁵.
- 2 — Número médio de pessoas/fogo — 1874³⁶.
- 3 — Número médio de pessoas/fogo — 1890³⁷.
- 4 — Número de contribuintes prediais/fogo — 1875³⁸.
- 5 — % de contribuintes que pagam menos de 500 rs. (por freguesias)³⁹.
- 6 — Idem que pagam menos de 1000 rs.
- 7 — Idem que pagam mais de 3000 rs.
- 8 — Idem que pagam entre 1000 e 3000 rs.
- 9 — Idem que pagam mais que 6000 rs.
- 10 — Variação da população (em %) 1878-1890⁴⁰.
- 11 — Termos de Identidade/fogo 1878-1890⁴¹.
- 12 — Residências Ocasionais (% em relação ao total de recenseados) 1860-1885⁴².

A variável 1 foi construída de maneira a fornecer-nos, para lá das oscilações anuais de produção, o posicionamento relativo das diferentes freguesias tendo em conta o balanço entre a produção e o consumo potencial (traduzido pelo número de população) e supondo que esse posicionamento é relativamente estável dada a lentidão dos processos desenrolados. As variáveis 2, 3, 10 e 12 são indicadoras da dinâmica demográfica, sendo as duas primeiras referentes ao tamanho médio dos agregados de produção; as variáveis 4, 5, 6, 7, 8 e 9 pretendem captar a estrutura fundiária, desagregada em alguns dos seus possíveis indicadores: peso dos proprietários (var. 4), peso da muito pequena propriedade (var. 5), peso da pequena propriedade (var. 6), peso da grande propriedade (var. 7), da média (var. 8) e da muito grande.

Tecnicamente optamos pelo cálculo da matriz correlação⁴³ não para inferir necessariamente laços de causalidade, mas sim para abrir

³⁵O cálculo do índice para cada produção já foi explicado atrás (pp. 41-43); o índice composto é formado pela soma dos índices do vinho, milho, linho e gado vacum, para a Ribeira e milho, centeio, gado vacum, lanígero e caprino para o Monte (ANEXO I e IV).

³⁶ in «Ofícios ao Governo Civil — 1874» A.M.M.

³⁷Censos da População, I.N.E., 1878 e 1890.

^{38,39} in «Livros de Registos (...) de Contribuição Predial, Industrial e Pessoal — 1875»

⁴⁰ A.M.M. — o n.º de fogos em 4 é de 1878.

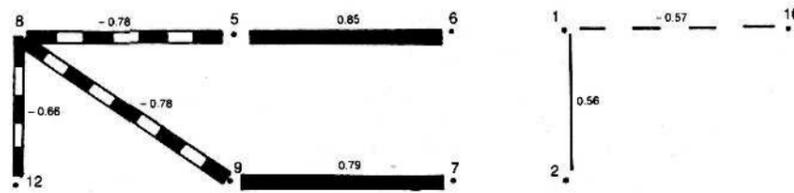
⁴¹ in «Registos de Termos de Identidade e Salvo-Conduitos», 1876-1890, A.M.M.

⁴² «Livros dos Recenseamentos Militares», 1860-1885, A.M.M.

⁴³ Trata-se do coeficiente de Correlação de Pearson entre as diferentes variáveis; sobre os cuidados a ter na utilização do coeficiente, ver RACINE et REYMOND, 1973, pp. 123-140. A Matriz *r* encontra-se no ANEXO VI.

caminhos exploratórios tendentes a captar relacionamentos potenciais entre as variáveis assim como o grau relativo desse relacionamento, tudo isto sem perder de vista o quadro de referência teórico definido atrás. Da análise da matriz correlação, retendo apenas a estrutura das relações mais significativas entre as variáveis⁴⁴, o resultado é aquele que a FIG. 18 traduz:

Fig. 18 —Estrutura de correlações principais.



Se eliminarmos as relações entre as variáveis 1,2 e 1,10 pelo pouco significado estatístico que contém e as relações entre o par 5,6 e o par 9,7 tendo em conta o facto de que uma das variáveis do par contém parcialmente a outra, restam-nos os pares 8,5; 8,9 e 8,12 e todos os outros que, por não terem associações estatísticas significativas, não deixam de nos sugerirem alguns esforços de reflexão. Desta maneira, a imagem mais clara que resulta refere-se à estrutura fundiária e aponta-nos para uma situação em que o peso da média propriedade (var. 8) ocorre de uma maneira inversamente proporcional ao peso da muito pequena (var. 5) e da muito grande propriedade (var. 9). Se exceptuarmos Parada do Monte, é precisamente nas freguesias do Monte que o peso das contribuições entre 1000 e 3000 réis é maior: sendo a média concelhia 37%, todas as freguesias possuem valores acima de 42% — QUADRO 10.

A distribuição deste e de outros escalões de contribuição predial nas freguesias da Ribeira e do Monte é aquele que figura na página seguinte (FIGS. 19 e 20). As freguesias do Monte comprovam ter uma estrutura mais equilibrada de distribuição da propriedade jurídica da terra, isto no que concerne à distribuição entre proprietários pois, no que diz respeito à relação entre os possuidores e os não possuidores, a situação é, em média, muito mais desfavorável para este grupo de freguesias (QUADRO 10), especialmente nas freguesias de Castro, Lamas e Cousso. A correlação estabelecida entre a var, 8 e a

⁴⁴Para um conjunto de 18 unidades de observação (total das freguesias do Concelho), os valores de correlação acima de 10.551 são considerados significativos segundo o teste «t» de Student, sendo 99% a probabilidade de não terem ocorrido por acaso (THEAKSTONE and HARRISON, 1978, p. 79).

Á
l
v
a
r
o

D
o
m
i
n
g
u
e
s

Quadro 10 — «Monte», pesos das variáveis 8, 5 e 9.

	% de fogos c/ proprietário	Var. 8	Var. 5	Var. 9
Castro Lab.	60	46.7	21.1	0.5
Couso	66	49.2	16.7	1.7
Cubalhão	80	47.4	11.8	3.9
Fiães	86	42.1	20.5	2.9
Lamas de Mouro	60	50.0	10.5	0.0
Gave	80	45.3	23.4	4.9
Parada do M.te	70	34.4	29.9	2.5
Média do Monte	69.8	44.3	21.1	2.1
Média da Rib.	79.0	33.3	24.5	8.7
Média concelhia	75.6	37.0	23.4	6.5

Fonte: ANEXO V

var. 12, «residências ocasionais» não se nos apresenta de uma forma muito clara, e imediata: já atrás tínhamos referido que a mobilidade dos jovens assumia um peso muito mais significativo nas freguesias da Ribeira onde, ao mesmo tempo, é menor o peso da média propriedade (var. 8); ficaria assim explícito o sentido negativo da correlação, anulando quaisquer hipóteses de relação directa entre o peso deste tipo de escalão de propriedade e a referida mobilidade que pensamos ter condicionantes mais complexas e dificilmente detectáveis a este nível de agregação de dados.

A não «fertilidade» dos dados assim construídos (por freguesia), encontra as suas explicações em duas ordens de factos distintos: primeiro porque os processos desenrolados, embora dependentes de condições sócio-económicas globais, articulam-se ao nível da decisão familiar ou doméstica o que faz com que os indicadores, ao aparecerem agregados por freguesia (quadro onde foi possível captá-las), resultem esbatidos pela combinação de diferentes situações: segundo, porque eles contêm erros de base para além do que foi indicado atrás — a variável 1, por exemplo, anula uma situação qualitativa básica derivada da diferença existente entre os sistemas e o tipo de culturas praticados nas diferentes freguesias (mesmo com diferenças no seio dos dois grandes grupos da Ribeira e do Monte): embora igualmente elevado, o índice de 13.81 em Castro Laboreiro dificilmente é compatível com o índice de 10.67 referente a Remoães visto ser este composto por um leque diversificado de culturas, enquanto que aquele é maioritariamente explicado pelo peso do gado miúdo (só por si responsável por 8.2) que em termos absolutos nem sequer é muito significativo (2388 cabeças que correspondem a uma média por fogo de 3.9); as variáveis 4, 5, 6, 7, 8, 9 apenas tem em conta a posse jurídica da terra sem nada nos dizerem acerca da sua distribuição por meio de contratos de parceria, arrendamento ou outros; as variáveis 2, 3, 10,

Fig. 19 - Relação entre o n.º de fogos (1878) a o n.º de colectas (a tracejado)

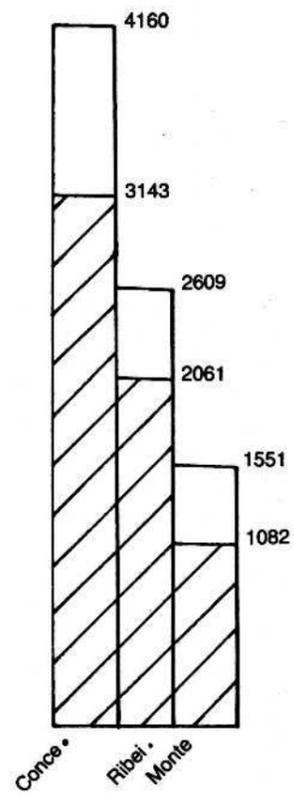
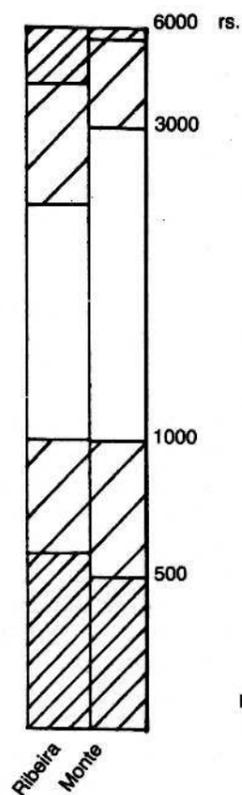


Fig.20 - Distribuição dos escalões de contribuição na Ribeira e no Monte -% em relação ao total de cada grupo.



Fonte: ANEXO II

11 e 12 falham principalmente pelas razões expostas em primeiro lugar e em particular a var. 10 cujo valor engloba fenómenos tão distintos como a emigração e a mobilidade sazonal.

De qualquer das maneiras estes números não são totalmente opacos se tentarmos outras técnicas de análise; em função das variáveis referentes à mobilidade existem situações extremas que contêm explicações plausíveis (QUADRO 11).

Do grupo de freguesias da Ribeira (perfeitamente destacado do Monte) sobressai um aparente paradoxo: duas freguesias com valores significativos de «termos de identidade» e «residências ocasionais» registam aumentos demográficos num quadro geral (concelho) de de-

Quadro 11 -Mobilidade, freguesias com valores extremos.⁴⁵

VARIÁVEIS	11	12	10	10-A	
Cristóval	33.8	41.5	-14.0	-13.8	
Vila	19.0	53.8	5.7	6.8	
Chaviães	17.2	39.1	0.3	0.3	RIBEIRA
Paços	23.3	25.8	-7.9	-6.9	
S. Paio	3.0	13.4	-1.9	0.7	
Parada.....	8.1	6.4	-15.4	- 8.5	
Cubalhão	2.1	6.1	-0.3	- 7.6	MONTE
Castro.....	3.9	7.2	-26.8	- 3.0	

crêscimo de população; são essas freguesias a Vila e Chaviães. A freguesia sede de concelho destaca-se nitidamente, sendo o seu comportamento explicado pela atracção populacional presente por via da existência de funções centrais ligadas ao sector comercial, administrativo e serviços vários que lhe imprimem uma dinâmica especial em relação às outras freguesias (as FIGS. 15 e 16 referentes ao movimento das congruas destacam-na igualmente com nitidez); é também esta freguesia que possui o peso maior da pequena e muito pequena propriedade em parte devido à existência de pequenos quintais e jardins característicos da propriedade urbana intra-muros. A freguesia vizinha de Chaviães (por onde passava a única estrada de acesso à fronteira) parece sofrer o efeito da proximidade da sede do Concelho. Ao mesmo tempo, é evidente que são estas duas freguesias que possuem os valores mais baixos do índice de produção/consumo (var. 1) e que em 1866-69 possuíam, conjuntamente com Cristóval, a percentagem mais baixa de chefes de família com carro de bois (QUADRO 1, p. 19). Na freguesia de Cristóval coincidem pesos elevados da var. 11 e 12 com o decréscimo populacional maior das freguesias da Ribeira (- 14.0%); trata-se pois de uma população que conheceu um surto nítido de emigração não compensado com nenhum poder atractivo eventualmente derivado da sua «vocaçào» comercial de freguesia raiana (especialmente o lugar de S. Gregório onde existe a actual fronteira⁴⁶. Relativamente à estrutura fundiária, esta freguesia re-

⁴⁵ As freguesias contidas no QUADRO 11 possuem valores extremos da soma entre as var. 11 e 12 que foram previamente normalizadas de modo a serem comparáveis; a este ordenamento fizeram-se corresponder os valores da variação da população, var. 10 e 10-A, a primeira tendo em conta a população presente e a segunda a população residente do censo de 1890.

⁴⁶ Dos 27 indivíduos que em 1874 pagavam contribuição industrial (228 fogos em 1878), 17 estavam directamente ligados com o sector comercial, sendo 4 vendedores de algodão (a totalidade dos existentes no concelho) e vivendo em S. Gregório. Tudo indica que, numa freguesia nestas condições, o sector está indiscutivelmente ligado com o comércio raiano. Numa certa medida estes fogos supostamente não agrícolas contribuem

gista maior peso das freguesias da Ribeira do escalão de contribuição predial entre 100 e 3000 réis (40.4% para uma média de 33.3% na Ribeira), o segundo menor peso do escalão menor que 1000 rs. (30.8% para 40.9% na Ribeira) e o segundo maior valor de percentagem de fogos com proprietário (87% para uma média de 79% para a Ribeira). Parecem pois estar reunidas condições para permitirem ao mesmo tempo uma disponibilidade de arranjar recursos para emigrar (a posse da terra e maneira como ela se distribui constituem dois indicadores favoráveis) enquanto que o balanço produção/consumo é dos mais desfavoráveis de entre as freguesias da Ribeira (a situação da freguesia na área mais encaixada do vale do rio Minho na confluência com o Trancoso, não permitia boas condições de solos e de exposição, esta última situação confirmada pela baixa produtividade da vinha — ANEXO IV), o que provocará uma sobre intensidade da utilização de mão de obra e uma situação potencial de repulsão demográfica. A freguesia de S. Paio encontra-se numa situação totalmente diversa das anteriores descritas visto que os valores que possui na var. 11 é dos mais baixos, mesmo tendo em conta as freguesias do Monte, e na variável 12 ocupa a última posição do grupo de freguesias da Ribeira; relativamente à variação da população regista-se uma ligeira quebra ou mesmo um aumento se considerarmos, respectivamente, a população presente ou residente do censo de 1890. No que diz respeito à estrutura fundiária, S. Paio possui uma característica que a diferencia de todas as outras freguesias do concelho — o peso muito significativo da grande propriedade (39.7% de contribuições maiores que 3000 rs., para uma média de 25.8% para a Ribeira e 14.9% para o Monte); em 1866-69 era também uma das freguesias que possuía uma percentagem alta de chefes de família com carro de bois (63.6% para uma média de 49.7% para a Ribeira). Todas estas características apontam para uma situação muito semelhante àquela referida por Oliveira Martins — «...um systema mixto de media e pequena propriedade que consinta a coexistencia de uma população de salarizados e de uma população de pequeníssimos proprietários» (MARTINS, 1888, p. 251) —, situação essa que potencialmente contraria a fuga da população, permitindo a solvência local de força de trabalho proletarizada ou semi-proletarizada (incluimos aqui as várias formas de efectuar essa solvência desde o trabalho remunerado à jorna até aos contratos de arrendamento e parceria).

Relativamente às freguesias do Monte, existe também uma grande diversidade de situações. As freguesias que registam simultanea-

para o baixo valor do balanço produção/consumo. Os números constam no «Livro de Registos de Contribuições...», 1874, A.M.M.

mente os valores mais baixos nas variáveis 11 e 12 (em relação aos valores registados nas freguesias do Monte e da Ribeira), possuem uma variação da população 1873-90 absolutamente heterogéneos mas nem por isso inexplicáveis — vejamos alguns exemplos: Castro Laboreiro, a que já várias vezes fizemos referência, não conhece números significativos de emigração para o Brasil ou mesmo saída de jovens, resolvendo a situação frágil que lhe confere a precaridade do seu equilíbrio económico e a desigualdade no acesso à terra, com a semi-proletarização sazonal juntamente com os «...galegos (...), navarros e catalães a cavar vinhas, abrir trincheiras e construir túneis(...)». Os capatazes, os empreiteiros, são estrangeiros, bem como grande parte dos operários: *nos intervalos dos trabalhos ruraes apparecem os nacionaes como peões e serventes (...)* A que atribuir esta anomalia de uma emigração e imigração simultaneas?» (MARTINS, 1888, pp. 250/51, sub. nosso). Na vizinha freguesia de Lamas de Mouro a situação é em muito semelhante, exceptuando o facto da existência aqui de um terreno baldio de «lameiro» permitindo a criação em maior escala de gado graúdo⁴⁷, facto que assegurará uma relativa acumulação de capital em conjunturas económicas favoráveis o que irá permitir a alguns, sobretudo àqueles que possuem terras, uma emigração para o Brasil como alternativa possível à emigração sazonal (repare-se que Lamas, tal como outras freguesias do Monte, possui um indicador da mobilidade sazonal traduzido pela diferença entre a população presente e residente em 1890 — mapa 5 —, ao mesmo tempo, Lamas apresenta os valores mais significativos do Monte nas variáveis 11 e 12). Parada do Monte que, a seguir a Castro e Lamas, regista uma maior quebra de população 1878-90 (QUADRO 11), revela um desequilíbrio muito grande no acesso à propriedade jurídica da terra (30% dos fogos sem proprietário e 47.7% de contribuições menores que 100 rs. para uma média de 40.8% no Monte) e um sistema de culturas muito próximo do da Ribeira com uma produção considerável de vinho e milho e, em contrapartida, sem peso significativo de gado miúdo (ANEXO IV). Por outro lado, Cubalhão que vê a sua população estável ou mesmo a aumentar se considerarmos os valores de população residente em 1890 (coluna 10-A do QUADRO 11), possui um sistema económico muito semelhante ao de Castro e Lamas mas, inversamente, é das freguesias do Monte onde a terra está melhor distribuída (80% dos fogos com proprietário e 21.1% de contribuições maiores que 3000 rs. para uma média de 14.9% nas freguesias do Monte).

Creemos que estes exemplos são significativos para nos demonstra-

⁴⁷ 92.9% dos chefes de família possuía um carro de bois em 1866-69 (QUADRO 1, p. 19) e, em 1877/78 o índice relativo ao gado graúdo era o maior das freguesias do concelho, 3.2 (ANEXO IV).

rem a variedade de condições e formas que assume a mobilidade, das quais a emigração para o Brasil é apenas uma e nem sempre a principal. Estas formas inscrevem-se e são justificadas em quadros distintos que correspondem a diferentes estratificações sociais no seio das sociedades camponesas, tipos económicos de produção, distribuição e consumo locais através dos quais condições naturais, também diferentes, se realizam. Embora com algumas variantes internas, podemos distinguir, como já vem sendo feito ao longo do trabalho, dois grandes quadros mais ou menos homogéneos: o Monte e a Ribeira — FIG. 21⁴⁸.

Fig. 21 — Classificação das freguesias segundo os pesos nas variáveis consideradas



⁴⁶ O gráfico foi obtido através da transformação da matriz original de dados que foi, para cada variável, reduzida a sete classes de valores; seguidamente fizeram-se corresponder a essas classes outras tantas texturas com as quais se construiu uma matriz visualizada. Finalmente, por um processo de manipulação de linhas e colunas construiu-se a matriz em presença de modo a individualizar grupos de freguesias com estruturas semelhantes. As colunas referentes às variáveis 10,3 e 2 e a linha correspondente a Remoães foram destacadas da estrutura geral por a distorcerem consideravelmente. Tivemos acesso a esta técnica de tratamento visual de dados no Curso de Cartografia que decorreu de 8 a 11 de Janeiro de 1985, promovido pela Secção de Geografia e Centro de História da Universidade do Porto e orientado por Jacques BERTIN a quem agradecemos a cedência do programa de tratamento automático e a orientação fornecida.

Repare-se que a amostragem selectiva de freguesias que fizemos em função dos valores da mobilidade (QUADRO 11) é constituída por freguesias perfeitamente destacáveis e/ou caracterizadoras na estrutura da FIG. 21; assim, S. Paio destaca-se no topo do gráfico (a zona escura corresponde aos valores elevados nas variáveis 9 e 7 referentes aos peso da grande e muito grande propriedade); Cristóval, Vila, Chaviães e Paços formam o grupo central com características um pouco diferentes das restantes freguesias da Ribeira; Castro e Lamas aparecem agrupados no topo do grupo das freguesias do Monte e com características diferentes deste e Parada do Monte ocupa a última linha da matriz acusando as diferenças que possui na sua estrutura fundiária (o peso das variáveis 5 e 6). Não vamos adiantar muito mais para além desta análise formal do QUADRO 6, iríamos repetir desnecessariamente, no entanto, algumas características principais merecem ser focadas: a primeira diz respeito à variável 1 que nas três primeiras freguesias do Monte faz corresponder valores elevados às situações onde a criação de gado, especialmente o miúdo, predomina, caracterizando sistemas económicos de montanha; a segunda diz respeito às variáveis 9, 7 e 8 (posições extremas das colunas) individualizando o que há de mais claro entre a estrutura fundiária dos dois grupos da Ribeira e do Monte, sendo igualmente as «responsáveis» pela individualização dos dois grupos.

CONCLUSÃO

Para finalizar não queríamos deixar de frisar alguns aspectos que se prendem com o teor das conclusões a que chegámos, as limitações resultantes da utilização das variáveis disponíveis, da desagregação espacial que tivemos que optar e dos instrumentos técnicos utilizados na elaboração do objecto científico.

A mobilidade demográfica, nas suas múltiplas facetas, encontrou a sua explicação mais plausível (para lá das suas condicionantes globais) na clivagem entre a mobilidade compreendida como uma emigração mais ou menos definitiva e os movimentos sazonais. Ficaram por perceber mais aprofundadamente os condicionantes que explicam a emigração para o Brasil e a emigração dos jovens (var. 12) — algumas pistas de carácter geral foram lançadas, embora o conhecimento mais perfeito do fenómeno, sentimo-lo, deva ser equacionado ao nível do agregado familiar que, no contexto económico geral, encontra estratégias individuais de gestão de força de trabalho de maneira a auto-reproduzir-se como unidade económica e, mesmo assim «...a natureza da estratificação social, o tipo de organização familiar dominante, os padrões de residência, a organização da produção em função da economia local — todos estes factores podem ajudar a compreender ca-

tos individuais da emigração embora não expliquem a sua incidência negativa» (GOLDEY, 1981, p. 112). De qualquer das formas, os diferentes tipos de mobilidade espacial surgem como epifenómenos de formas de articulação da economia camponesa com o modo de produção capitalista e constituem condições possíveis da sua sobrevivência; tudo isto, contrariando uma teoria «evolucionista» do desaparecimento inevitável, aponta para situações em que, apesar de dominadas, as formas não capitalistas mantêm-se como funcionalmente necessárias como reguladoras do mercado de trabalho (fornecendo ou absorvendo futuros/ex-assalariados permanentes ou sazonais) e/ou como suportes da reprodução social fornecendo complementos de rendimento salarial. A sólida coesão familiar, alargada muitas vezes a situações colaterais de parentesco e de vizinhança, tem aqui um papel explicativo importante quer se trate de formas locais de articulação, de mobilidade sazonal ou de emigração não definitiva para o estrangeiro.

A desagregação espacial das variáveis, por freguesias, impôs limitações já que não temos razões nenhuma para acreditar que constituam áreas homogêneas (em termos de estrutura fundiária, do sistema de produção, das condições naturais...); mesmo a separação mais nítida entre o Monte e a Ribeira admite, como vimos, grandes variações internas. São por demais evidentes os riscos daqui resultantes numa análise de carácter espacial.

Os instrumentos técnicos de análise utilizados, aglomerando relações qualitativas de natureza distinta mas de expressão quantitativa igual ou semelhante e reflectindo os erros resultantes da desagregação espacial das variáveis, obrigaram-nos a uma manipulação cuidadosa, servindo sobretudo como serviram, para um trabalho exploratório de que apenas retirámos aquilo que mais nitidamente se definia.

Julgámos cumprir o nosso propósito que, para além das conclusões sobre a estrutura sócio-económica e a mobilidade, pretendia igualmente ser, mais que uma obra acabada, um ensaio de abordagem teórico-metodológico.

ANEXO I-Produção de vinho, milho, centeio, linho, gado vacum, lanígero e caprino (1877 a 1883 para o milho)

	Vinho		Milho		Centeio		Linho		Gado		Lanígero		Caprino	
		%		%		%		%	Vacum	%		%		%
Alvarede	27216	6.9	245	6.2	140	1.2	3525	7.0	68	3.6	12	0.6	5	0.2
Chaviães	10426	2.7	134	3.4	240	2.0	3526	7.0	42	2.2	87	4.2	20	0.9
Cristóval	21124	5.4	262	6.7	60	0.5	4700	9.3	52	2.7	38	1.8	24	1.1
S. Paio	24200	6.2	400	10.2	280	2.4	7050	14.0	100	5.3	18	0.9	12	0.6
Pademe	47668	12.1	512	13.0	998	8.5	7050	14.0	451	23.8	29	1.4	18	0.9
Paços	39210	9.7	218	5.5	60	0.5	3525	7.0	80	4.2	10	0.5	1	0.0
Penso	46445	11.8	394	10.0	500	4.3	4700	9.3	168	8.9	55	2.7	2	0.1
Prado	32894	8.4	226	5.8	110	0.9	2050	4.7	100	5.3	62	3.0	8	0.4
Remoães	19215	4.9	90	2.3	120	1.0	1175	2.3	63	3.3	60	2.9	6	0.3
Rouças	56789	14.5	276	7.0	110	0.9	3525	7.0	246	13.0	103	5.0	30	1.4
Melgaço (Vila) ..	18876	4.8	254	6.5	90	0.8	3525	7.0	20	1.0	13	0.6	18	0.9
Castro	1802	0.5	1	0.0	8000	68.2	0	0.0	186	9.8	988	47.8	1400	66.2
Cubalhão	0	0.0	86	2.2	90	0.8	0	0.0	48	5.2	140	6.8	68	3.2
Couso	9294	2.4	180	4.6	140	1.2	1762	3.5	50	2.6	60	2.9	44	2.1
Fiães	2400	0.6	255	6.5	100	0.9	1762	3.5	60	3.2	150	7.3	158	7.5
Gave	19244	4.9	148	3.8	240	2.0	1175	2.3	38	2.0	84	4.1	80	3.8
Lamas	0	0.0	3	0.0	260	2.2	0	0.0	90	4.8	104	5.0	168	7.9
Parada do M.te .	16810	4.3	245	6.2	200	1.7	1175	2.5	30	1.6	54	2.6	54	2.6

Unidades: Vinho – litros; Milho – 1000 litros; Centeio – Alqueires; Linho – Kg.; Gado – cabeças
 Fone: «Livros de Offícios ao Governo Civil» – 1877 e 1883, A.M.M.

Alvaro Domingues

ANEXO II-Número de colectas de Contribuição Predial por freguesia, por fogo (18718) e por escalões de contribuição-1876.

	Total de Colectas	n.º de fogos 1878	Cont./ fogo (%)	Colectas 500 réis	% (1)	< 1000	%	> 3000	%	1000 a 3000	%	> 6000	%
Alvaredo	181	218	83	46	24.4	82	45.3	45	24.9	54	29.8	20	11.0
Chaviães	181	186	79	33	22.5	66	45.0	27	18.3	54	36.7	8	5.4
Cristóval	198	228	87	30	15.1	61	30.8	57	28.8	80	40.4	15	7.6
Melgaço (Vila)	174	237	74	46	21.0	72	32.9	87	39.7	60	27.4	33	8.9
S. Paio	219	295	74	46	21.0	72	32.9	87	39.7	60	27.4	33	14.9
Pademe	388	478	81	81	20.9	143	36.9	106	27.3	139	35.8	32	8.3
Paços	171	176	97	40	23.4	68	39.8	42	24.6	61	35.6	16	9.4
Penso	225	322	70	63	28.0	104	46.2	43	19.1	78	34.7	10	4.4
Prado	100	139	73	25	25.0	44	44.0	25	25.0	31	31.0	11	11.0
Remoães	37	47	79	10	27.0	18	48.6	9	24.4	10	27.0	4	10.8
Rouças	221	283	78	42	19.0	67	30.3	68	30.8	86	38.9	17	7.7
RIBEIRA	2061	2609	79	506	24.6	841	40.9	534	25.9	686	33.3	181	8.7
C. Labreiro	374	610	61	79	21.1	169	45.2	32	8.6	173	46.7	2	0.5
Cousso	120	181	66	20	16.7	37	30.8	24	20.0	59	49.2	2	1.7
Cubalhão	76	94	80	9	11.8	24	31.6	16	21.1	36	47.4	3	3.9
Fiães	176	205	86	36	20.5	69	39.2	33	18.8	74	42.1	5	2.9
Gave	141	175	80	33	23.4	51	36.2	26	18.5	64	45.3	7	4.9
Lamas	38	62	61	4	10.5	16	42.1	3	7.9	19	50.0	—	—
Parada do M.te ...	157	224	70	47	29.9	75	47.7	28	17.8	54	34.4	4	2.5
MONTE	1082	1551	70	228	21.1	441	40.8	162	14.9	479	44.3	23	2.1
TOTAL	3143	4160	75	734	23.4	1282	40.8	696	22.1	1165	37.1	204	6.5

(1) a % calculada em relação ao total de cada freguesia ou grupo de freguesias — Ribeira e Monte.

Fonte: «Livro de Registos de (... Contribuição Predial, Industrial e Pessoa (...)) para o ano de 1876», A.M.M.

Anexo III - Conguas pagas e recebidas «de fora» por freguesias (das freguesias do concelho de Melgaço e de fora do Concelho).

	A n.º de cont.	B contri- buição (réis)	RECEBE						PAGA					
			da Ribeira		do Monte		de fora		para a Ribeira		para o Monte			
			A	B	A	B	A	B	A	B	A	B		
Alvaredo	40	5810	36	3290	—	—	4	2520	16	1420	16	1420	—	—
Chaviães	39	6620	33	4940	5	170	1	1510	3	120	3	120	—	—
Cristóval	27	2160	10	860	16	1020	1	280	17	1620	17	1620	—	—
S. Paio	30	3790	24	3390	4	240	2	160	22	3190	22	3190	—	—
Paderne	42	8870	29	5710	8	600	5	2560	34	5280	28	4680	6	600
Paços	44	3590	23	1880	17	1290	4	420	24	1710	24	1710	—	—
Penso	17	1330	13	880	—	—	4	450	25	4350	24	4250	1	100
Prado	37	8090	34	7330	—	—	3	760	34	4870	34	4870	—	—
Remoães	7	2160	6	1910	—	—	1	250	21	3810	21	3810	—	—
Rouças	38	7600	27	3980	2	160	9	3460	19	4650	19	4650	—	—
Melgaço (Vila) .	26	11200	18	5750	—	—	8	5450	46	9640	45	9600	1	40
RIBEIRA	347	61220	253	39920	52	3480	42	17820	261	40660	253	39920	8	740
C. Laboreiro	—	—	—	—	—	—	—	—	3	300	2	200	1	100
Couso	17	1270	7	700	7	470	3	100	6	480	3	300	3	180
Cubalhão	3	60	—	—	3	60	—	—	11	700	8	480	3	220
Fiães	1	40	1	40	—	—	—	—	53	4470	38	2440	15	2030
Gave	9	470	—	—	6	320	3	150	2	160	—	—	2	160
Lamas	17	2190	—	—	17	2190	—	—	1	60	1	60	—	—
Parada M.te	—	—	—	—	—	—	—	—	9	350	—	—	9	350
MONTE	47	4030	8	740	33	3040	6	250	85	6520	52	3480	33	3040
TOTAL	394	65250	261	40660	85	6520	48	18070	346	47180	305	43400	41	3780

Fonte: «Livros do Lançamento das Congruas — 1881/82», A.M.M.

Alvaro Domingues

ANEXO IV-Índices produção/consumo-1877⁽¹⁾

	População (%)	Vinho	Milho	Centeio	Linho	Vacum	Gado		Índice Composto	
							Lanífero	Caprino	RIBEIRA	MONTE
Alvaredo	5.1	1.40	1.20	0.20	1.40	0.70	0.10	0.04	4.70	
Chaviães	4.3	0.63	0.79	0.47	1.63	0.51	0.98	0.21	3.56	
Cristóval	6.1	0.89	1.10	0.08	1.52	0.44	0.23	0.18	3.95	
S. Paio	6.6	0.94	1.55	0.36	2.12	0.80	0.14	0.09	5.41	
Pademe	12.5	0.97	1.04	0.68	1.12	1.90	0.11	0.07	5.03	
Paços	4.2	2.30	1.31	0.12	1.67	1.00	0.12	0.01	6.28	
Penso	6.8	1.74	1.47	0.63	1.37	1.31	0.39	0.01	5.89	
Prado	3.3	2.54	1.76	0.27	1.42	1.60	0.90	0.12	7.32	
Remoães	1.2	4.08	1.92	0.83	1.92	2.75	2.42	0.25	10.67	
Rouças	6.2	2.34	1.13	0.15	1.13	2.10	0.81	0.23	6.70	
Melgaço (Vila)	6.4	0.75	1.01	0.13	1.09	0.16	0.09	0.14	3.01	
Castro	13.9	0.04	0.00	4.91	0.00	0.70	3.44	4.76		13.81
Cubalhão	2.1	0.00	1.05	0.38	0.00	2.48	3.24	1.50		8.65
Couso	4.3	0.56	1.07	0.28	0.80	0.60	0.67	0.49		2.67
Fiães	5.9	0.10	1.10	0.15	0.59	0.54	1.24	1.27		4.30
Gave	4.1	1.20	0.93	0.49	0.56	0.49	1.00	0.93		3.84
Lamas	1.5	0.00	0.05	1.47	0.00	3.20	3.33	5.27		13.32
Parada do M.te .	5.5	0.78	1.13	0.30	0.42	0.39	0.47	0.47		2.66

Estrutura e mobilidade geográfica - Melgaço (séc. XIX)

Fonte: «Livros de Ofícios ao Governo Civil» — 1877 e 1883, A.M.M. e Censo da população de 1878.

¹ Os valores de produção de milho (ANEXO I) referem-se ao ano de 1883; a percentagem de população por freguesia foi calculada em relação ao total concelhio. O cálculo do índice fez-se conforme consta na pág. 41. Do índice composto fazem parte, na Ribeira, o vinho, milho, linho e gado vacum; no Monte, o milho, centeio, gado vacum, lanífero e caprino.

ANEXO V-Matriz original de dados.

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	
1	10.67	4.94	4.30	0.79	27.00	48.60	24.40	27.00	10.80	- 1.00	2.10	42.90	Remoães
2	7.32	3.30	4.10	0.73	25.00	44.00	25.00	31.00	11.00	- 7.30	10.10	35.20	Prado
3	6.70	3.95	4.50	0.78	19.00	30.30	30.80	38.90	7.70	- 6.20	7.40	17.10	Rouças
4	6.28	3.20	3.80	0.97	23.40	39.80	24.60	35.60	9.40	- 7.90	23.30	25.80	Paços
5	5.89	3.70	3.30	0.70	28.00	46.20	19.10	34.70	4.40	- 3.90	2.20	38.90	Penso
6	5.41	4.50	4.20	0.74	21.00	32.90	39.70	27.40	14.70	- 1.90	3.00	13.40	S. Paio
7	5.03	3.00	4.00	0.81	20.90	36.90	27.30	35.80	8.30	- 4.50	5.40	15.60	Paderne
8	4.70	3.30	4.10	0.83	25.40	45.30	24.90	29.80	11.00	-11.60	5.00	29.10	Alvaredo
9	3.95	3.20	3.80	0.87	15.10	30.80	28.80	40.40	7.60	-14.00	33.80	41.50	Cristóval
10	3.56	2.83	4.00	0.79	22.50	45.00	18.30	36.70	5.40	0.30	17.20	39.10	Chaviães
11	3.01	3.00	4.20	0.73	51.60	66.50	14.60	18.90	8.90	5.70	19.00	53.80	Melgaço (Vila)
12	13.81	3.55	4.60	0.60	21.10	45.20	8.60	46.70	0.53	-26.80	3.90	7.20	Castro
13	2.67	2.80	4.40	0.66	16.70	30.80	20.00	49.20	1.70	- 6.80	24.90	7.70	Cousso
14	8.65	3.25	3.70	0.80	11.80	31.60	21.10	47.40	3.95	- 0.30	2.10	6.10	Cubalhão
15	4.30	4.20	4.50	0.86	20.50	39.20	18.80	42.10	2.90	- 4.80	13.70	10.40	Fiães
16	13.32	5.80	4.60	0.60	10.50	42.10	7.90	50.00	0.00	-29.80	19.40	15.70	Lamas
17	2.66	4.20	3.80	0.70	29.90	47.70	17.80	34.40	2.50	-15.40	8.10	6.40	Parada
18	3.84	3.10	3.80	0.80	23.40	36.20	18.50	45.30	4.90	- 0.80	16.60	15.80	Gave

Álvaro Domingues

Nota: As colunas correspondem às diferentes variáveis; as linhas referem-se às unidades espaciais de observação (freguesias), divididas no grupo da Ribeira (1-11) e Monte (12-18).

Fonte: ver página ?? onde também se identificam as variáveis.

ANEXO VI - Matriz Correlação

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
1	1.00											
2	0.56	1.00										
3	0.40	0.39	1.00									
4	-0.41	-0.33	-0.36	1.00								
5	-0.36	-0.22	-0.14	-0.00	1.00							
6	0.02	0.04	0.01	-0.22	0.85	1.00						
7	-0.35	-0.10	-0.19	0.51	-0.12	-0.48	1.00					
8	0.30	0.04	0.17	-0.23	-0.78	-0.62	-0.40	1.00				
9	-0.22	-0.10	-0.14	0.49	0.31	0.06	0.79	-0.78	1.00			
10	-0.57	-0.44	-0.37	0.46	0.44	0.10	0.43	-0.50	0.50	1.00		
11	-0.34	-0.25	0.04	0.22	-0.07	-0.12	-0.14	0.24	-0.18	-0.11	1.00	
12	-0.16	-0.17	-0.26	0.23	0.54	0.54	0.07	-0.66	0.47	0.37	0.22	1.00

BIBLIOGRAFIA - LIVROS E ARTIGOS

- ARAÚJO, Ilídio de — «*A revolução do milho*», Revista trimestral História e Ideias. I, Porto, 1979, pp. 19 a 35.
- ALMELDA, João Ferreira de — «*Sobre a Monografia Rural*», Análise Social, vol. XIII, 1977, pp. 789 a 803.
- BADIA, Xan Carmona — «*Sobre as orixes da orientación exportadora na producción Bovina Galega. As exportacións a Inglaterra na segunda metade do séc. XIX*» in *GRIAL*, Anexo I, História, Santiago de Compostela, 1981.
- BARROS, Afonso de e MENDES, Fernando R. — «*Formas de Produção e Estatutos de trabalho na Agricultura Portuguesa*», Análise Social, n.º 75, vol. XIX-1.º, 1983, pp. 57 a 79.
- BERTRAND, Georges — «*L'impossible Tableau Géographique*» in Estrutura Agrária e Desenvolvimento, F.E.U.C, Coimbra, 1979, pp. 4 a 14 (policopiado).
- BREDA, Isabel M.F.R. — *Medidas de Localização*, Faculdade de Engenharia, Porto, 1979.
- BUTLER, C. Jensen — «*Capital Accumulation and Regional Development*», *Environment and Planning A*, vol. 14, 1982.
- CABRAL, João de Pina — «*A casa e a família no Alto Minho rural*», Análise Social, 3.ª série, vol. XX, 1984 — 2.º e 3.º, pp. 263 a 284.
- CABRAL, M. Villaverde — «*A Economia Subterrânea vem ao de cima; estratégias da população rural perante a industrialização e a urbanização*», Análise Social, 3.ª série, vol. XIX, 1983, pp. 199 a 234.
- Idem — *O Desenvolvimento do Capitalismo em Portuga!* no séc. XIX, 3.ª ed., Lisboa, 1981.
- Idem — *Portugal na Alvorada do séc. XX*, Lisboa, 1979.
- CASTELLS, M. — *Problemas de Investigação em Sociologia Urbana*, 2.ª ed., Lisboa, 1970.
- CAPEL, Horacio — *Filosofia y Ciencia en la Geografía Contemporánea*, Barcelona, 1981.
- CAVACO, Carminda — *A Agricultura a Tempo Parcial em Portuga!*, nota introdutória, E.G.H.R., Centro de Estudos Geográficos, Lisboa, 1980.
- Idem — «*Pluriactividade na Pequena Agricultura*», Revista Crítica de Ciências Sociais, n.º 7/8, Coimbra, 1981, pp. 171 a 194.
- CHAYANOV, Alexander — *La Organización de la Unidad Económica Campesina*, Buenos Aires, 1974 (1.ª ed., Moscovo, 1925).
- CLAVAL, Paul — *Evolución de la Geografía Humana*, Barcelona, 1974.
- COELHO, Furtado — *Estatística do Distrito de Viana do Costeio*, Lisboa, 1861.
- ESTEBANEZ, J. e BRADSHAW, R.P. — *Técnicas de Cuantificación en Geografía*, Madrid, 1978.
- ESTEVES, A. César — *Melgaço Sentinela do Alto Minho*, Melgaço, 1960.
- ESTEVES, A. César — *A Organização Judicial de Melgaço*, Melgaço, 1955.
- ETXEZARETTA, Miren — *La evolución del Campesinato* (Com selecção de textos de KAUTSKI, SERVOLIN, LEBOSSE-VINAY, LISOVSKIJ e CAVAILHES), Ministerio da Agricultura, Barcelona, 1979.
- FEIJÓ, Rui — *Panorama sobre as Gentes e os Camponeses do Alto-Minho no ano de 1870*, Notas de uma pesquisa de história regional em curso, Fondation C. Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, Paris, 1985.

- FREITAS, E. de, ALMEIDA, J. F. de e CABRAL, M. V. — *Modalidade de penetração do Capitalismo na Agricultura*, Lisboa, 1976.
- GAMA, A., SANTOS, G. e PIRES, Iva — «Análise Espacial de uma Transformação da Agricultura», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 7/8, Coimbra, 1981, pp. 535, a 558.
- GASPAR, JORGE — «Os Portos Fluviais do Tejo», *Finisterra*, vol. 10, 1970, pp. 153 a 204.
- GERALDES, Alice — *Castro Laboreiro e Soajo*, Col. Parques Naturais, n.º 4, 2.ª ed., Lisboa, 1982.
- GOLDEY, Patricia — «Emigração e Estrutura Familiar — estudo de um caso no Minho», *Estudos Contemporâneos*, n.º 2/3, Porto, 1961, pp. 111 a 127.
- GOLDMAN, Lucien — *Sciences Humaines et Philosophie*, Paris, 1966.
- GREGORY, Derek — *Ideology, Sciences and Human Geography*, New York, 1978.
- HARVEY, David — *Explanation in Geography*, London, 1969.
- HARVEY, David — *The Limits to Capital*, Oxford 1982. LAPA, J., Inácio Ferreira — *Relatório da Missão Agrícola na Província do Minho (...) no anno de 1870*, Lisboa, 1871.
- LIPIETZ, Alain — *Le Capital et son Espace*, Paris, 2.ª ed. 1983.
- LUCAS, A. M. Rolo — «Cultura e Desenvolvimento nas Montanhas do Alto Tâmega», *Caderno de Estudos Contemporâneos*, n.º 2, Porto, 1984.
- MARTINS, J. P. Oliveira — *O Brazil e as Colónias Portuguezas*, Lisboa, 1888.
- MOLLARD, Amédée — *Paysans Exploités*, Grenoble, 1978.
- O'NEILL, Brian Juan — «Proprietários, Jornalheiros e Criados numa Aldeia Transmontana desde 1886», *Estudos Contemporâneos*, n.º 2/3, Porto, 1981, pp. 31 a 74.
- PEREIRA, Miriam Halperne — *Livre Câmbio e Desenvolvimento Económico*, 2.ª ed. corrigida, Lisboa, 1983.
- POLONAH, Luis — *Comunidades Camponesas no Parque Peneda-Gerês*, ed. Parques Naturais n.º 8, Lisboa, 1981.
- RACINE, J.-B., et RAYMOND, H. — *L'Analyse Quantitative en Géographie*, Paris, P.U.F., 1973.
- RACINE, J.-B. — «Discurso Geográfico y Discurso Ideológico: Perspectivas Epistemológicas», *Geo Crítica*, n.º 7, Universidade de Barcelona, 1977.
- RAU, Virginia — *Feiras Medievais Portuguesas*, Lisboa, 1982. RIBEIRO, Orlando — *Geografia de Espana y Portugal*, vol. V, Barcelona, 1955.
- S. ROMÃO, Visconde Villarinho de — *O Minho e as suas Culturas*, Lisboa, 1902.
- SAMPAIO, Francisco — «História Económica» in separata da *Revista Caminiana*, n.º 3/4, Caminha, 1981.
- SERRÃO, Joel — *Dicionário de História de Portugal*, vol. II, Lisboa, 1971.
- SHANNIN, Theodor — «Campesinato, delineação de um conceito Sociológico e de um Campo de Estudo (1971)», in *Estrutura Agrária e Desenvolvimento*, F.E.U.C., Coimbra, 1979, pp. 53 a 66 (policopiado).
- SILVA, Rosa Fernanda, M. da — *Paisagem Agrária das planícies e Colinas Minhotas*, F.L.U.P., Porto, 1981.
- TELES, BAZÍLIO — *Carestia de Vida nos Campos*, Porto, 1903. THEAKSTONE, W.H. and HARRISON, C. — *The Analysis of Geographical Data*, London, 1978.
- VASCONCELOS, J. Leite de — *Etnografia Portuguesa*, vol. V, Lisboa, 1967.
- VIEIRA, José Augusto — *O Minho Pittoresco*, Tomo I, Lisboa, 1886.

FONTES ESTATÍSTICAS

- RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO — Anos de 1864, 1878 e 1890.

FONTES ESTATÍSTICAS — ARQUIVO MUNICIPAL DE MELGAÇO, A.M.M.

- «Livro de Registos de Contribuição Predial, Industrial e Pessoal para o ano de 1876»
- «Livros de Ofícios ao Governo Civil», 1877 e 1883 e 1873-77.
- «Livro onde se escripturam por freguesias em ordem alfabética o arrolamento (...) das pessoas, animais e cousas que devem no corrente anno economico contribuir para o trabalho de viação municipal nos termos da ley de 6 de Junho de 1864 e ins truções de 26 de Junho último para execussão da mesma ley (...)» 1866/67 e 1868/69.
- «Correspondência da Câmara deste Concelho de Melgaço», 1864.
- «Livros de Lançamento das Congruas», 1881/82.
- «Livros dos Recenseamentos Militares», 1860-1885.

BASES CARTOGRÁFICAS

- A Carta Administrativa de Portugal e a sua Contribuição para a Investigação Urbana e Regional —C.N.A. Lisboa, 1980.
- Carta Militar de Portugal. Escala 1:25 000. Serviço Cartográfico do Exército. Lisboa.

RÉSUMÉ

Structure socio-économique et mobilité géographique Melgaço pendant la 2^e moitié du XIX^e.

Dans le présent article, on se propose d'aborder les contours analytiques d'un «concelho» caractérisé par des formes d'économie paysanne, dans la deuxième moitié du XIX^e siècle. Ainsi, les différents types de mobilité géographique saisis se révèlent comme le résultat des tensions déclenchées par la croissante intégration de l'économie et de la société locales dans des sphères plus vastes aux modes distincts de production. Le cadre fort hétérogène de cette société, les différents types de stratégies et de conditions ont pesé sur les diverses formes de mobilité qui peuvent varier des mouvements locaux/saisonniers au rayon limité jusqu'à l'émigration plus ou moins définitive vers le Brésil.

ABSTRACT

Social-economic structure and geographical mobility — Melgaço during second half of the XIX century.

The principal aim of this article is to define the analytical boundaries of a peasant economy («concelho» of Melgaço), in the second half of the XIX century. So, the different types of geographical mobility appears as a result of the tensions created by the growing integration of the local society and economy in a much larger sphere with distinctive modes of production. The strong heterogeneous context of that peasant society and the different strategies and conditions that are in act, condition these different forms of mobility which can be so different as local/seasonal movements, or more permanent migrant movements to Brasil.